



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e três de Dezembro de dois mil e seis.

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. Simões Saraiva.

Aberta a sessão, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Rocha, procedeu à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Eng^a Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, que justificou a sua falta, tendo a mesma sido considerada justificada pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Também se encontrava ausente o Sr. Dr. José Carlos Vitorino Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que designou, para seu substituto, o Sr. Albino José Neves Rodrigues, vogal da mesma Junta de Freguesia.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 29 de Setembro de 2006, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções, depois de ter sido considerada uma rectificação proposta pelo Sr. Prof. João Dinis. Foi, também, colocada à votação a acta da sessão extraordinária de 17 de Novembro de 2006, tendo sido aprovada por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes, para o quadriénio 2007/2010, e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2007.

III – Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de constituição de uma Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC), sob a forma de associação privada sem fins lucrativos, com vista ao acompanhamento e gestão do projecto de urbanismo comercial de Oliveira do Hospital (URBCOM).

IV – Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de alteração dos estatutos da Adeptoliva – Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil.

Seguidamente, depois do Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções.

Tomou a palavra o Sr. Dr. Simões Saraiva que, depois de ter apresentado votos de Boas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Festas a todos os presentes e suas famílias, lembrou a passagem dos “30 Anos do Poder Local Democrático”, com a apresentação da seguinte proposta:

“Proponho a aprovação de um voto de viva congratulação e de grande alegria, por muitos de nós termos “sentido na pele” o que foi essa espantosa vitória que nos trouxe o 25 de Abril, com a instauração do Poder Local. Eu posso dizer-vos – porque sou do outro tempo –, que o Poder Local veio trazer a renovação da face do Portugal físico, do Portugal Povo, do Portugal que sofria por falta de condições de vida, por falta de meios fundamentais para uma vida decente.

Penso que, entre as grandes vitórias do 25 de Abril – havia muitas a enumerar –, destacam-se o fim da guerra em África e a instauração do Poder Local. E nós sabemos, aqueles que se lembram, de como antes vivíamos e como agora vivemos. Devíamos ter falado mais nisto porque foi uma das grandes vitórias de que ainda hoje estamos a beneficiar porque a verdade é que, neste momento, por todos os sítios por onde passamos agora e por onde antigamente passávamos, era só miséria: casas a desfazerem-se; ruas onde não passava um carro; casas, terras e vilas que não tinham água nem esgotos. E, sem todos esses equipamentos e todas essas estruturas, não podia haver saúde nem podia haver felicidade.

Penso que foi o Poder Local que renovou Portugal, pelo que proponho um voto de congratulação e de grande alegria pela passagem dos 30 Anos do Poder Local.”

Posta à votação a proposta apresentada pelo Sr. Dr. Simões Saraiva, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente, fez a seguinte intervenção:

“Está a generalizar-se uma ideia que vem ao arrepio deste voto que acabámos que aprovar e que é o facto de pessoas responsáveis, analistas políticos, pessoas que têm a obrigação de estar atentos, estarem, levemente, a falar dos autarcas e das autarquias como um bando de corruptos, onde, particularmente, são apontados os Presidentes de Câmara e os Vereadores.

Ora, se quem fez o poder local, se quem mobilizou todo este movimento, se quem renovou Portugal, foram os autarcas, porque é que agora isto acontece? Acredito – como em tudo – que, entre bons, há-de haver algumas “ovelhas ranhosas”. Entre trezentos e oito Presidentes de Câmara e Vereadores, infelizmente e porque é próprio da Humanidade, é capaz de haver uns dez ou doze vigaristas, malandros e ladrões. Mas, que se acabe com esta “pouca vergonha” de, quando se fala do Poder Local, se falar como que de um bando de salteadores.

Penso que devemos, aqui, manifestar a nossa repulsa, a nossa indignação e, se concordarem, que se dirija uma nota ao S.E. o Ministro da Administração Interna, a manifestar-lhe a mágoa que sentimos por ver que os autarcas deste País estão a ser tratados de uma maneira verdadeiramente vergonhosa e sem o merecerem. Porque a grande esmagadora maioria deles são heróis que trabalham, deixam família, deixam os seus problemas, deixam a sua própria vida, para tratar dos problemas daqueles que vivem no seu concelho.

Deixo aqui esta indicação porque não é justo que, agora, quando se fala num autarca, se fale, encapotadamente, num homem desonesto.”

Foi, depois, colocada à votação a presente proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Por fim, o Sr. Dr. Simões Saraiva deu conhecimento de um pouco da história que envolve o retábulo que se encontra no Salão Nobre dos Paços do Município e que foi restaurado:

“Este retábulo foi restaurado primorosamente. Estava numa divisão onde se arrumavam os andaimes e onde trabalhavam os canalizadores. Estas tábuas estavam num monte, misturadas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com outras menos compridas e que eram os andaimes da Câmara, com que se faziam as obras desde há muitos anos. Um dia, pedi para as tirarem e verifiquei que faltavam alguns pedaços, que foram colocados e restaurados por mim. Estas tábuas – vim a saber – estavam na Casa de Cima, onde hoje está o Tribunal.

A Casa de Cima era um lindo solar do século XVIII, que tinha quatro lados e um pátio interior. Este edifício foi incendiado pelos franceses e, felizmente, só ardeu uma das partes do quadrado. A capela e a casa foram dismanteladas para fazerem o Tribunal. Foi aí que apareceram no sótão, quando desmontavam a Casa, duas medalhas do tempo de D. João V, de ouro, agora património do Município.

Hoje tenho a grande satisfação de ver o retábulo restaurado condignamente e como merece. Soube, através do Sr. Eng^o Caeiro da Mata, que o quadro de São José que se encontra no retábulo não é original, uma vez que esse teria sido furtado pelos franceses.

Por último, informar que este retábulo e a própria capela – saqueada pelos franceses – foram restaurados por artistas da Maçonaria. E uma das normas da Maçonaria, tal como aconteceu depois nas grandes igrejas que se construíram depois dos fins do século XVIII, era aparecer o símbolo maçónico, porque era ponto de honra deixarem marcada a sua filiação a um partido, a uma congregação, a uma associação. Reparem que, em cima, há um triângulo e que, deste, saem uns raios de luz. E, se não tivesse o olho, podia ser o símbolo da Santíssima Trindade. Mas, aquele símbolo é, nitidamente, o símbolo da Maçonaria dentro de uma Igreja. Os Maçons são pessoas que procuram o bem, ajudar as pessoas e são, por vezes, extraordinariamente compreensivos. Foram capazes de colaborar no restauro de uma obra, de deixarem lá a sua marca. Penso que é um exemplo para nós: como ateus – eles têm-se como ateus e apolíticos – quiseram deixar para a posteridade que, apolíticos e ateus, podem dar-se com católicos e políticos. É a mensagem que nos deixaram há tantos anos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes que, depois de ter desejado a todos um Bom Natal, realçou o trabalho de restauro que está feito no retábulo.

Depois, esclareceu que, apesar de ter sido publicado nesta semana, num jornal local, que “Mário Alves reúne com Governador Civil”, quem reuniu com o Administrador Regional de Saúde e com o Governador Civil de Coimbra foi uma comissão. Esta comissão, continuou, foi constituída por ele próprio, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho, o Sr. João Esteves, o Sr. Prof. João Dinis, para além do Sr. Presidente da Câmara.

Face a esta intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse que nada tinha a ver com o que o jornal publicou e que o próprio boletim municipal refere que foi uma comissão que reuniu com o Governador Civil e com o Administrador Regional de Saúde.

Prosseguindo, o Sr. Carlos Mendes referiu que a mencionada reunião foi profícua e que as informações obtidas foram no sentido de que, efectivamente, o Serviço de Atendimento Permanente de Oliveira do Hospital vai encerrar durante o período nocturno mas que tal só sucederá quando houver uma alternativa capaz e credível de substituição deste serviço.

Seguidamente, manifestou a sua preocupação pelo atraso que se está a verificar na revisão do Plano Director Municipal e pelos custos adjacentes a este projecto, salientando que este adiamento em muito tem prejudicado o planeamento estratégico do concelho e, consequentemente, o seu desenvolvimento.

Por fim, realçou a importância da continuidade da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, tendo referido que a ESTGOH “não tem cor”, pelo que há que unir pessoas, esforços e ideias, devendo todos estar “de braços abertos” e receptivos a fazer algo pela



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Escola, que considera ser o futuro deste concelho.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“No passado dia vinte de Novembro, foi publicada uma notícia, num jornal da nossa praça, em que se anunciava a minha condenação a dois anos de cadeia.

A crónica já tinha sido anunciada na última Assembleia Municipal ordinária, e foi sendo divulgada, por aí, em locais impróprios e pelas pessoas menos indicadas.

Sabíamos que somos incómodos, mas estávamos longe de pensar merecer tal importância. Porque esta casa é tribunal para julgar outras causas, deixemos à justiça o que é da justiça. Como dissemos na resposta já divulgada na Imprensa que, aqui e agora, assumimos na íntegra, temos o registo criminal limpo – está ali com data de vinte e um de Dezembro, a última quinta-feira –, como limpa temos a consciência.

Mas, à mulher de César não basta ser séria, também precisa parecer. Porque assim é, entregámos ao líder da bancada do PS, dossier com os elementos que julgamos essenciais à compreensão do processo, dossier onde constam nove sentenças a nosso favor, e que entregámos também, na mesa desta Assembleia, para consulta e divulgação junto de todos os interessados, sejam membros desta Câmara e Assembleia, sejam jornalistas, seja o público em geral. Da minha parte pode ser visto e copiado; nada tenho a esconder na minha vida.

Porque logo apareceram os profetas da desgraça a anunciar a forma como ganhamos dinheiro, quero informar esta Assembleia que, neste mesmo processo judicial, tenho duzentos e cinquenta mil contos pendentes há mais de seis anos, uma vez que o imóvel – que é o Jardim Tropical, na Avenida da Liberdade – ainda não nos foi entregue.

Neste dossier deixo um extracto de uma aplicação financeira com uma valorização de cerca de sete milhões de euros num intervalo de um ano – portanto, mais ou menos, cento e vinte mil contos por mês –, fruto do aproveitamento que fazemos do sistema capitalista, a quem exploramos para o combater, tal e qual este faz com os trabalhadores e a população em geral. Não é a única, ninguém me está a perguntar nada mas, das aplicações financeiras, tenho um rendimento médio de cinco mil contos por dia. Se alguém tiver dúvidas, também se pode provar.

Não precisamos de falar da nossa normal actividade empresarial, nem de outras aplicações financeiras de menor relevância, uma vez que o documento citado nos parece por demais esclarecedor.

Até ao trânsito em julgado, presume-se inocência. E, porque sei que nada de irregular cometi, não apresentámos o nosso pedido de demissão a esta Assembleia.

Outra será a nossa postura se, ainda que erroneamente, outra seja a opinião dos julgadores transitada em julgado.

Enforma esta nossa decisão o facto de se tratar de dinheiros privados e a circunstância do denunciante ter sido indiciado criminalmente, como poderá ser constatado nas sentenças ora apresentadas. Cabe aqui uma palavra de agradecimento a todos os que, e muitos foram, conosco se solidarizaram. E uma referência especial ao também deputado desta casa, José Carlos Alexandrino, que em tempo útil se disponibilizou para testemunhar abonatoriamente no processo.

Posto isto, queremos dizer, sem qualquer ambiguidade, aos mentores da notícia que, se ao fim do primeiro ano já estão neste estado de nervos, correm o risco de não aguentar a legislatura, porque este episódio só veio reforçar o ânimo que desde a primeira hora nos motiva. Enquanto deviam ser canalizadas as energias para a resolução dos problemas que enfrentam as populações



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do nosso concelho, ataca-se este humilde e insignificante deputado como se ele fosse o cerne das debilidades que a todos afectam.

Dissemos aqui, há cerca de um ano, que antes da nossa bandeira partidária estava o concelho. Tudo fizemos para dar o nosso modesto contributo, seja com críticas construtivas apontando problemas e reivindicando soluções, desde a casa dos Fiais que a Câmara não conhecia, ao Portugal dos Pequeninos em que se transformou a cidade de Oliveira, passando pelo afunilamento da Rua do Colégio, que persiste, sem esquecer a rede de esgotos, o abastecimento de água, da estrada de ligação do limite do concelho em Travancinha, a estrada da Ponte do Salto ao Seixo da Beira, tudo aqui abordámos.

Falámos do Parque do Mandanelho, do Terminal Rodoviário, que teima em não “rodar”, da Variante Nordeste, da Rotundinite que grassa no Concelho, da ligação Avelar-Alvôco e de Parceiro à mesma freguesia. Falámos do apoio às colectividades e da discriminação entre elas, tendo-nos visto forçados a recorrer às entidades de fiscalização e controlo do poder democrático. Trouxemos a esta Assembleia o problema da discriminação do Correio da Beira Serra e dos seus jornalistas, não numa perspectiva de acautelar interesses, mas antes de pugnar por uma informação livre e isenta, com a qual não seria possível – como não foi noutros órgãos – o golpe baixo de que foi alvo. Mas é este tipo de jornalismo que merece os apoios e o estímulo das autoridades instaladas. Vá-se lá saber porquê...

Lembrámos à Câmara e ao seu Presidente princípios básicos de cultura democrática, tão arredios, neste concelho, desde o vinte e cinco de Março do passado, data a partir da qual a vida do concelho passou a estar condicionada à guerrilha fratricida que continua a lavrar no PSD e para a qual, em tempo útil, chamámos à atenção desta Assembleia. Mais importante que canalizar energias para os verdadeiros problemas do concelho é a luta por posições de poder pessoal. E porque assim é, o homem que nesta Assembleia se disponibilizou para ir na frente do Pelotão, não compareceu à formatura pela defesa do SAP. As forças em presença eram superiores ao batalhão, motivo pelo qual queremos pensar se desmotivou o “comandante”. Não vemos outra razão que não seja a falta de patente para comandar tão substanciais forças. Ao que consta, escreveu-se mais um capítulo na novela da luta pelo poder, a nosso ver cativo, para não dizer usurpado, que se vive neste concelho desde vinte e cinco de Março.

Os problemas da ESTGOH e na EPTOLIVA mereceram a nossa preocupação e quando tudo fizemos para que fosse cabalmente esclarecida a situação naquela escola, e para tanto concorremos para que aqui estivesse o principal responsável, o Sr. Director demitido, e devidamente documentado na sequência do pedido que havíamos formulado à Mesa da Assembleia, foi incompreensivelmente decidido que não havia mais “telenovela”. Mas vai haver, porque será por aí que vamos começar, já no início de Janeiro, para ver se há e quem são, efectivamente, os corruptos neste concelho. Com tudo isto, quem de direito parece não estar preocupado ou, como quem não quer a coisa, vai assobiando para o lado.

É com este conjunto de preocupações que partimos para o ano novo. Aqui queremos deixar o compromisso que tudo faremos para alterar este estado de coisas. A luta contra as soluções de poder pessoal que são a tónica dos principais responsáveis eleitos neste concelho merecerão, como já merecem, toda a nossa atenção e não estaremos totalmente realizados enquanto não devolvermos ao povo a expressão genuína do voto manifestado nas urnas, que interpretações anti-democráticas querem tornar legítimas. Importa que o PSD, mais cedo que tarde, assumas as suas responsabilidades perante o concelho e os mais sete mil eleitores que nele votaram e coloque os seus responsáveis no cumprimento das promessas e objectivos com que o Partido se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comprometeu, e que transforme em actos o que já vai dizendo quando a esta problemática. No próximo ano, sem tréguas nem vacilações, com golpes baixos ou sem eles, iguais a nós próprios, cá estaremos continuando a luta de sempre.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Eng^o Carlos Inácio, que fez a seguinte intervenção:

“Mais um ano passou, mais um ano estagnou, mais um ano evoluiu. Só queria que fizessem uma interrogação, pusessem uma pergunta e repensassem ou pensassem bem o que é que aconteceu em Oliveira do Hospital neste ano passado. Que arranjassem um facto significativo, uma obra significativa, que tivesse alterado a pequenez, o concelho e Oliveira do Hospital. Só vos deixava esta mensagem e esta interrogação. Espero que as coisas mudem e que o ano de dois mil e sete nos traga situações diferentes.

De qualquer maneira, numa época natalícia, gostaria de vos deixar aqui uma boa-nova e que tem a ver com o seguinte: finalmente, para o ano – e espero que todos nos congratulemos com isso – vamos ter o IC 6. Para descanso de nós todos, para descanso do Sr. Presidente, fica aqui esta promessa. E não é uma promessa falsa nem vã; é para sentirem e verem. E, quando eu estou a falar assim, não estou a falar em meu nome pessoal nem como socialista; estou a falar em nome de quem vai fazer a obra, de quem a vai adjudicar e do que vocês vão ver e vão sentir. E que não haja aqui “profetas da desgraça”, como eu estou a sentir que há.

Outra situação que eu queria aqui fazer como balanço e que tem a ver essencialmente com o Sr. Presidente da Câmara, é a seguinte:

Sr. Presidente da Câmara, todos nós – isto já foi referido pelo meu colega de bancada – estamos disponíveis para ajudar, estamos disponíveis para fazer lobbie positivo, para nos ajudarmos uns aos outros, para ajudar este concelho e para ajudar Oliveira do Hospital. O Sr. Presidente tem os “canais abertos” para poder falar com quem deve e com quem deve estar, que é com os membros do Governo e com o Governo, que podem fazer muito por este concelho de Oliveira do Hospital.

Se estiveram atentos durante este ano de dois mil e seis, viram o que se passou aqui à volta nos outros concelhos, viram as obras que foram lançadas, viram os apoios que foram dados. E façam mais uma interrogação: o que é que aconteceu aqui em Oliveira do Hospital? O que eu queria deixar aqui ao Sr. Presidente da Câmara é que, se quiser ajuda, se quiser “canais abertos”, que conte connosco para isso se realizar. Que vá a Lisboa, que vá falar com os Ministérios, que consiga investimentos e que consiga futuro para Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes, para a seguinte intervenção:

“Começo a minha intervenção desejando a todos os presentes um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Gostaria agora de abordar apenas três temas.

Em primeiro lugar, quero dar os parabéns aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Aldeia das Dez e de Meruge por, mais uma vez, terem realizado com enorme sucesso a 5^a Festa da Castanha e a 4^a Feira do Porco e do Enchido, respectivamente.

No meu entendimento são iniciativas deste género e com esta projecção que contribuem decisivamente para a promoção e divulgação, não só dos produtos endógenos, como também do próprio Concelho.

Realço que estas iniciativas, para além da boa vontade e total empenhamento dos seus promotores, apenas foram possíveis com o apoio financeiro da Câmara Municipal.

Em segundo lugar, quero congratular-me pela abertura do concurso público da empreitada de estruturação do novo espaço da feira.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considero que, para além da mudança qualitativa que será operada na vida da cidade, a qualificação de mais um espaço de forma a dar resposta a outro tipo de organizações e eventos, é muito relevante.

Em terceiro lugar e para finalizar, gostaria de relembrar aos Senhores Deputados Municipais que, a propósito das críticas formuladas pela não comemoração do 25 de Abril no corrente ano, o Senhor Presidente da Câmara sugeriu que fosse constituída uma comissão, que integraria um representante de cada partido político com assento neste órgão e um membro do executivo em permanência, a fim de, em cada ano até ao final do presente mandato, definir um programa de actividades digno dessa data.

Não me querendo auto-nomear para o efeito, mas sim trazer este assunto à discussão, entendo ser este o momento indicado para a designação desta comissão, pois o mês de Abril está próximo.

Sugiro assim que os líderes dos vários Grupos Parlamentares cheguem a um consenso e indiquem um representante para esta comissão, no final desta sessão.”

Depois, o Sr. Eng^o Carlos Maia tomou a palavra para, depois de desejar as Boas Festas a todos os presentes, declarar que não achou de “bom tom” a intervenção que o Sr. Presidente da Câmara fez aquando das comemorações do Feriado Municipal, no dia sete do passado mês de Outubro. Lembrou que se estava a comemorar uma data, uma efeméride e, sobretudo, que se estava a homenagear individualidades deste concelho. Era um dia de festa, em que se queria que houvesse harmonia, pelo que as “afirmações graves” constantes do discurso do Sr. Presidente da Câmara – sem qualquer direito de resposta – foram, na sua opinião, um “acto de cobardia”.

Lembrou que os políticos, sobretudo os que ocupam cargos de maior responsabilidade, têm que ter a noção do que dizem e quando o dizem, porque a responsabilidade e a visibilidade que recai sobre eles é muito grande.

Continuando, o Sr. Eng^o Carlos Maia recordou que o Sr. Presidente da Câmara – em forma de crítica – também se referiu aos políticos locais como “andando com muita amnésia”. Ora, prosseguiu, como nem ele próprio nem os políticos a que o Sr. Presidente da Câmara se referiu sofrem de amnésia, queria recordar-lhe que, em vinte anos de adesão à União Europeia, o PSD esteve à frente dos destinos deste concelho durante dezasseis anos e o PS esteve quatro anos. Por outro lado, o PSD esteve quinze anos no Governo, enquanto que o PS esteve seis anos. Assim, o Sr. Presidente da Câmara é que deve ter “a memória curta” pois o que acabou de referir vem provar que muitas das questões que há anos se discutem nesta Assembleia Municipal são da quase exclusiva responsabilidade do Partido Social Democrata.

Continuando, o Sr. Eng^o Carlos Maia referiu que também queria recordar o Sr. Presidente da Câmara que também foi o PSD que deu um grande “golpe” na saúde quando privatizou o Hospital desta cidade, tal como foi o Governo PSD que anunciou a construção de um novo hospital em Seia, anúncio em relação ao qual os autarcas locais do PSD não se insurgiram. Além disso, também não queria que caísse em esquecimento os entraves e as inúmeras dificuldades que surgiram quando o Prof. César Oliveira tomou a iniciativa de promover a construção do novo Centro de Saúde, nomeadamente com os terrenos.

Lembrou ainda que, quando o Prof. César Oliveira quis resolver o grave problema ambiental das lixeiras, construindo um aterro sanitário, foi quase linchado na Póvoa das Quartas, “por questões orquestradas e bem preparadas”, tal como não podia esquecer, em determinado período, o que foi “a intimidação de munícipes e de funcionários que chegaram a ser agredidos dentro desta Câmara”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Eng^o Carlos Maia terminou a sua intervenção dirigindo uma crítica à falta de rigor e de isenção que, na sua opinião, se tem verificado em alguns meios de comunicação social local, concretamente em relação à notícia que foi publicada recentemente sobre o Sr. António dos Santos Lopes.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Houve, de facto, uma reunião em Coimbra, no Governo Civil, com a presença do Chefe da Administração Regional de Saúde, onde eu estive em representação do meu partido, que é o Partido Comunista Português. Nessa qualidade, há oitenta anos que nós não temos problemas nenhuns em dizer aquilo que entendemos, sejam quais forem as consequências. Essa história e essa justiça tem que nos ser feita.

E, portanto, não era por estar na presença do Sr. Governador Civil e do Chefe da Administração Regional de Saúde, que não ia dizer as opiniões que nós temos sobre este “enrolanço” em torno do SAP, das urgências nocturnas e ao fim-de-semana.

Naturalmente que ao Sr. Chefe da A.R.S. não agradou e menos agradou ao Sr. Governador Civil, que teve a arrogância anti-democrática e terrorista de dizer que eu estava a utilizar linguagem terrorista. Naturalmente para me tentar intimidar. O resultado é o contrário. Há oitenta anos que não nos deixamos intimidar por este tipo de coisas. E mais: o Sr. Governador Civil é um abcesso no regime democrático. O Governo Civil e o Governador Civil são figuras herdadas do regime fascista e que a Constituição da República Portuguesa já diz que tem que se pôr termo. Portanto, o Sr. Governador Civil não tem autoridade democrática para dar lições de democracia, seja a quem fôr. E comporta-se como um comissário político, um terminal político do partido do

Governo, como outros se comportaram.

O que se passa em relação ao S.A.P. é um “enrolanço” e, quando o Sr. Chefe da A.R.S. vem “contar histórias” eu digo “conte-as ao seu partido e aos seus netos porque eu já conheço estas políticas”. Quando ele diz “queremos investir mais dinheiro”, está a mentir descaradamente.

Portanto, o S.A.P. é para fechar e, o que poderá vir a ser aberto – que já anda em estudo há meio ano – são serviços privados para as urgências. E, quando se fala da privatização dos hospitais, que se fale também agora da privatização dessa parte dos serviços, porque é isso que está a ser feito. Aliás, não é por acaso que uma ex-ministra do PS é, agora, Conselheira do Grupo Mello Saúde. E não é por acaso que o Grupo Mello Saúde tem os interesses que tem na saúde e na privatização dos serviços da saúde.

O Sr. Dr. Saraiva trouxe aqui, oportunamente, a questão dos trinta anos do poder local e, de facto, hoje há uma tendência brutal para colocar o ónus da corrupção, do déficit, nas autarquias. E, de facto, é preciso combater isso e isso é apenas pretexto politiquês para dar cobertura às restrições orçamentais na Lei de Finanças Locais, sem cuidar da receita. E, aqui, o PCP propôs que se aumentasse o I.R.C. sobre os lucros especulativos da banca. Dois mil milhões de euros de lucro, quatro instituições bancárias, no ano de dois mil e seis? E não podem pagar mais I.R.C.? Mas também o aumento do imposto sobre transacções em bolsa. E os outros partidos votaram contra. E votaram contra as propostas que o Grupo Parlamentar do PCP fez de trazer mais um milhão quinhentos e cinquenta mil euros de investimento para o nosso concelho em dois mil e sete. E votaram contra, deputados que não só são inúteis, como são prejudiciais. Não merecem o voto.

E mais, a nove de Dezembro, em Oliveira do Hospital, o Sr. Ministro da Agricultura



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

afirmou – segundo o que veio na comunicação social e faço essa ressalva – que não estava decidido o encerramento da Zona Agrária de Oliveira do Hospital. Cinco dias depois, a catorze de Dezembro, o Conselho de Ministros, sob proposta deste mesmo Ministro da Agricultura, assinava a “sentença de morte” de duzentas Zonas Agrárias deste País, incluindo, obviamente, a de Oliveira do Hospital. Mas, que tipo de confiança merece a palavra, os compromissos públicos ou privados destes Senhores? Estas são as políticas que estão a levar o nosso País à situação difícil que nós sentimos na pele.

Outras questões: Plano da Defesa da Floresta contra Incêndios – a versão que eu conheço está ultrapassada, nomeadamente em relação à zona da Cordinha. Portanto, é de bom senso que estes aspectos se discutam com os autarcas locais, com as populações locais, que enriquecem os conteúdos destes materiais. Não adianta fazer belos projectos em computador que, depois, não batem com a realidade e com as necessidades. E isso está a acontecer com a versão que eu conheço do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, nomeadamente na zona da Cordinha. E eu propus que se fizessem essas reuniões lá. Há conhecimentos e experiências que não devem ser desaproveitados; pelo contrário, devem ser aproveitados porque enriquecem estes programas.

A instalação das novas condutas de água, já no âmbito da empresa Águas do Zêzere e Côa: ninguém tem o cuidado de informar os autarcas eleitos do que é que vai acontecer e do que está previsto, para que se possa questionar, esclarecer dúvidas, trocar informação. Isto é o mínimo que se pode exigir em termos de relacionamento institucional entre autarquias e entre autarcas eleitos, em que os votos de uns não valem mais do que os votos dos outros.

A Segurança Social de Coimbra divulgou, recentemente, uma lista de apoios, subsídios públicos para lares, centros de dia. Não falou nem da ARCIAL nem do Lar de Idosos da Cordinha. E, portanto, aqui também é bom que o Município e as outras entidades do concelho – as IPSS – se “ponham a pau” com estas políticas e perguntem porque é que há para uns e falta para os outros.

Este ano foi aprovada, por proposta da CDU, a criação de um Observatório do Ambiente e Recursos Naturais até ao final deste ano, dois mil e seis. Eu lembrei isto na sessão de Setembro e, até hoje, nada. A Câmara Municipal vai ou não vai cumprir essa deliberação da Assembleia Municipal? Repito: a Câmara Municipal vai ou não vai cumprir essa deliberação da Assembleia Municipal?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Gostaria de desejar que o espírito da época se estenda por todo o ano de dois mil e sete, sobretudo na sua parte da solidariedade e de alguma tolerância. Em relação à tolerância, queria dizer que me parece que a Assembleia Municipal tem sido bastante bem dirigida. Eu sou crítico quando me parece que devo sê-lo – e eu tenho criticado as sessões à sexta-feira –, mas tenho que dizer que o Regulamento tem sido bem interpretado. O facto de, por vezes, haver coisas que são desconfortáveis para algumas pessoas e estas se insurgirem e utilizarem o Regulamento, mais não é do que desconforto pessoal. Mas, neste aspecto, eu peço às pessoas que percebam que é do cruzamento de opiniões que se faz a verdade; a opinião de cada um de nós não é a verdade.

Sr. Presidente da Assembleia, deixe-me só rectificar uma afirmação sua: o livro “A História da Maçonaria”, do Prof. Oliveira Marques, diz que os maçons são livres de professar a religião que quiserem ou de não professarem religião nenhuma, e que são livres de ser políticos ou de não ser políticos. Portanto, não é correcta a afirmação que fez de que os maçons são ateus e apolíticos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu queria felicitar a Caule pelo nascimento da Z.I.F.. Já o fiz aqui na última Assembleia Municipal. Agora, felicitá-la já pela cerimónia da constituição. Como sabem, teve a presença do Sr. Ministro da Agricultura e do Sr. Presidente da Câmara. O Engº Vasco disse, nesse dia, que faltava o cadastro, que era uma coisa importantíssima. Eu também já disse aqui que já está a correr em Conselho de Ministros o novo sistema de exploração e gestão da informação cadastral, que é o chamado SINERGIC e que vai ser um instrumento de tratamento informático de toda a propriedade.

Agradecer, também, o convite que me foi dirigido para a Feira do Porco e do Enchido, de Meruge. Não pude estar presente mas, o que “caiu bem” foi a dimensão nacional, nomeadamente no Diário de Notícias do dia nove de Novembro. Uma referência, também, à Festa da Castanha de Aldeia e ao Convívio de Filarmónicas em Avô, no dia onze de Novembro.

Lamentar, sinceramente e sem nenhuma utilização política, os prejuízos causados pelas intempéries no Vale do Alva, nomeadamente a destruição dos equipamentos. Uma palavra para a Câmara uma vez que reparo que já está no próximo Orçamento Municipal a recuperação desses equipamentos. Parece que o Sr. Presidente da Câmara tinha razão quando manifestou desagrado quando viu o nome dele numa placa quando foi inaugurar esses equipamentos. Melhor seria que lá estivessem os nomes dos técnicos, porque há ali um problema técnico, e era bom conhecermos quem foram os técnicos que estiveram por trás da concepção daquelas obras.

Para relevar também, positivamente, a inserção da consulta na net das actas da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Penso que, a partir de agora, todos nós ficamos a conhecer o que se passa nas sessões da Câmara Municipal.

E eu não posso deixar de referir a pertinência das intervenções do Francisco Rolo, nomeadamente em questões que me parecem que têm a ver com o futuro: a candidatura ao Programa Escolhas, Carta Educativa do Concelho, o Programa Estagiários da Administração Local, Plano Municipal de Prevenção da Toxicodependência. São questões que, daqui a alguns meses ou alguns anos, ouviremos falar nelas, mas penso que o Francisco Rolo, nesse aspecto, está com uma postura correcta que consegue, já identificar estas questões.

Lamentar sinceramente – e acreditem que eu não tinha falado com nenhum dos meus colegas de bancada – a primeira página da “Folha do Centro”, quando refere “condenado num caso de corrupção”. Lamentar, sobretudo, o início da notícia: “o deputado municipal”. Meus caros amigos, não pretendendo vir aqui com nenhuma insinuação de restrição de liberdade de imprensa, eu creio que isto se trata de tentar desacreditar, denegrir, a imagem pública de um deputado municipal ou de alguém que “apareceu” nesta Assembleia ultimamente. Isto é inadmissível. A decisão, segundo me parece, é susceptível de recurso e eu pergunto: se o recurso for positivo, como é que se resolve este problema? Será que, quem pôs a notícia na primeira página, vai fazê-lo da mesma forma? Ou vai afixar cartazes pelo concelho para limpar a imagem desta pessoa. Isto são questões gravíssimas. Eu, para não ir mais longe, admito que as pessoas não têm, sequer, noção da gravidade destas coisas. Gostava de ter tempo para falar mais sobre isto porque o que está em causa é nós sabermos que são correctas ou não são correctas, aqui, as posições do deputado municipal. O que parece é que alguém está preocupado com essas posições, porque não estou a ver qual é o outro objectivo. Se um cidadão anónimo, um cidadão que habite como ele na zona da Beira Serra, tiver um problema idêntico, também aparece? Não, aparece ali só porque é deputado municipal. Melhor, aparece ali só pelas posições que ele tem trazido aqui. Isto é inadmissível.

Não posso deixar de me alterar ligeiramente quando estamos aqui perante questões de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“assassinato de carácter” e esta é uma questão de “assassinato de carácter”. Aliás, eu vou dizer uma coisa que talvez não devesse dizer: eu acho que, normalmente nestas situações, aqueles que “atiram a primeira pedra” são os mesmos que se acolhem nas igrejas a pedir perdão. A afirmação fica feita; tirem as conclusões que quiserem.

Lamentar sinceramente, a relevância nacional que foi dada ao “buziã” contra o pretenso encerramento do Centro de Saúde. Normalmente, a Lisboa chegam sempre as más notícias. É verdade também que os jornais agarram só as situações em que o homem morde o cão porque, quando o cão morde o homem, isso não é notícia. Mas, o que é verdade, é que a Lisboa chegam só as más notícias. E esta chegou com muito peso. Creio que uma grande parte das pessoas foram manipuladas; a grande maioria das pessoas foi manipulada.

Uma outra questão: o constrangimento do Regulamento. Eu próprio tenho-me sentido desconfortável. E tem a ver com as duas últimas Assembleias Municipais e, sobretudo, com dia do Feriado Municipal. Eu tento cumprir aqui o meu dever mas, de facto, começo a sentir-me desconfortável neste concelho. E digo já porquê porque já o tenho dito outras vezes: a qualidade da democracia não é a melhor. A democracia aqui é praticada mas, de facto, há muitas pessoas, ainda, que não a sentem. Admito que o incómodo seja só meu mas eu sinto – e entendam o que quiserem – é um incómodo que eu sinto. E eu continuo a protestar sobre algumas formas de se praticar aqui a democracia. Desde logo, quando o Sr. Presidente da Câmara, no final das nossas intervenções, responde. Fá-lo bem, no sentido formal, e tem o dever de responder. Quando invoca questões novas, elas deviam ser respondidas. Porque isso é que é o cerne da democracia. Não são respondidas e fica aqui a democracia diminuída.

Só para referir que não me conformo com o que se passou aqui no dia do Feriado Municipal. De facto, tudo aquilo que o Sr. Eng^o Carlos Maia referiu e faço minhas as palavras dele... Eventualmente, os destinatários seriam outros, até o Governo seria eventualmente o partido do Sr. Presidente mas, contra isso, nós não podemos fazer nada. Uma coisa que poderíamos e devíamos ter feito era interromper e pedir a palavra. Eu tenho pena de não poder falar sobre esta matéria mas vou tentar fazê-lo no período do Orçamento.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino que, depois de se ter congratulado com o facto do Sr. Dr. Simões Saraiva se encontrar melhor de saúde, referiu que, na sua opinião, a Mesa da Assembleia tem gerido bem as sessões e que o Regimento tem que ser visto de uma forma flexível, permitindo aos membros deste órgão exprimirem as suas opiniões sem grande rigidez temporal.

Depois, referiu que, relativamente à notícia publicada pelo Folha do Centro sobre o Sr. António dos Santos Lopes, pretendia, mais uma vez, dizer publicamente que o “pecado da jornalista foi não ter dado o contraditório” e que o facto de uma pessoa ser arguida num processo não querer dizer que venha a ser condenada.

Prosseguindo, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino chamou a atenção para a importância da elaboração da Carta Educativa como um instrumento de planeamento e de racionalização de recursos, tendo solicitado informação ao Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação relativo à sua execução neste concelho.

Em seguida, manifestou a sua preocupação pelo atraso que se está a verificar na elaboração da revisão do Plano Director Municipal e pela situação em que se encontra o Pólo Industrial da Cordinha / Seixo da Beira, que continua sem ter instalada qualquer empresa, tendo referido que deve ser feito um esforço adicional, sobretudo da parte da Câmara Municipal, para cativar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimentos para aquele local.

Chamou a atenção para a necessidade de ser feita uma intervenção urgente na estrada Oliveira do Hospital/Nelas relativamente à sinalização horizontal e sugeriu que, enquanto tal não acontece, que sejam colocados placards de aviso de aproximação de zonas de gelo e de acidentes nos locais que oferecem mais perigo, como é o caso da descida para Lagares.

Por fim, solicitou informação ao Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do processo de licenciamento de um empreendimento turístico na zona da Chamusca de Beira, entregue na Câmara Municipal no dia três de Julho e em relação ao qual o requerente – Imobiliária FTP – ainda não recebeu qualquer comunicação por parte da autarquia.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu que fez a seguinte intervenção:

“Começava por falar da questão da ADSL que é uma questão que me preocupa e que eu relaciono com uma outra de que falarei mais à frente. Lembrar que aprovámos, na sessão de Setembro último, uma proposta a endereçar à PT. Paralelamente, a Junta de Freguesia de Meruge tem também mantido contactos com algumas estruturas dessa empresa e, até hoje, não houve qualquer resposta à nossa pretensão. Isto é tanto mais grave quando recebemos a notícia que a ADIBER, através do LEADER +, aprovou um projecto que a Associação de Jovens da Freguesia de Meruge apresentou para a instalação de um posto de novas tecnologias na freguesia. É óbvio que os custos de funcionamento de uma estrutura destas sem ADSL serão, concerteza, incomportáveis pela Associação. É lamentável que este assunto continue sem se resolver, sendo que um técnico da empresa nos diz que não é tão difícil de resolver como, à partida, poderia parecer.

Aproveitava para deixar esta recomendação à Câmara: ao contrário dos outros postos de internet, foi a Associação de Jovens que tomou a iniciativa e o projecto foi aprovado apenas a quarenta e cinco por cento. Fica a recomendação para que a Câmara trate com equidade a Associação dos Jovens de Meruge, dando-lhe, se não fôr os restantes cinquenta e cinco por cento, pelo menos uma parte substancial do que falta, para que o projecto possa ser posto em prática.

Relativamente à comissão para o 25 de Abril, o P.C.P. fará a proposta no concreto de quem a integrará e estamos de acordo que é tempo de constituir a comissão e de ela começar a trabalhar.

Quanto à questão do Centro de Saúde, queria só dizer que não está em causa apenas o Centro de Saúde e o encerramento do SAP; está em causa também o encerramento das extensões de saúde e dos postos avançados para idosos. E não pode ser desligada uma coisa da outra. Só para dizer que, no mês de Dezembro, Meruge não teve médicos, o que é lamentável.

No que respeita à intervenção do Engº Carlos Inácio, deu uma imagem de que isto só funciona pelos canais exteriores ao sistema democrático, o que é grave. Não tem que haver transparência na política? As propostas e os projectos não têm que ser aprovados porque merecem, porque são dignos de avançar? É por influência dos “nossos amigos” no Governo que as coisas avançam? A política, para ser credível, tem que ser transparente e as coisas têm que funcionar pelos seus próprios meios e não porque há um ministro, um secretário de estado ou um chefe de gabinete que tem boas relações com os membros do Governo. Isso resulta no descrédito que a política tem neste País.

A propósito e porque se quer “lançar lama” sobre os autarcas: é evidente que isto é uma encenação para as medidas de fundo. E as medidas de fundo são, claramente, as de desacreditar os autarcas, desacreditar o poder local democrático, para justificar a alteração das leis e para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impor leis que vão deixar de ter a fiscalização democrática, a pluralidade de participação que hoje existe. E essas, sim, vão conduzir ao poder unipessoal e ao poder que vai levar, necessariamente, à corrupção, por falta de vigilância democrática.

Também queria lembrar que foi aqui aprovada uma proposta relativamente ao grande maestro que foi Lopes Graça. Não sei se há notícia a dar sobre esta matéria.

Sobre a Feira do Porco e do Enchido, agradeço as palavras do Dr. Rodrigues Gonçalves. Creio que foi uma grande jornada de divulgação da freguesia de Meruge mas, sobretudo, do concelho, com todas as incidências que já foram ditas, nomeadamente na comunicação social regional e nacional. De facto, deram grande ênfase a esta iniciativa que se afirma como um evento de grande importância para a projecção do nosso concelho e para a projecção dos produtos endógenos do nosso concelho. Em anos anteriores fizemos candidaturas e foram apoiadas, quer pela ADIBER (LEADER +), quer pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Este ano, apenas a Câmara Municipal apoiou financeiramente este projecto e quero deixar aqui, com toda a frontalidade, com toda a sinceridade, o nosso agradecimento à Câmara Municipal. Sem esse apoio, a Feira não podia ter acontecido como aconteceu. E espero que, em anos futuros, nos continuem a dar o apoio porque não é um projecto de Meruge, é um projecto do concelho.

A propósito da questão da ESTGOH e das propostas que foram feitas em sede de discussão do Orçamento de Estado para o concelho e que não foram aprovadas, eu trazia uma proposta para apresentar e que diz o seguinte:

“A preocupação com o desenvolvimento do Concelho levou os membros desta Assembleia Municipal a aprovar por unanimidade na sua sessão de Setembro último, uma proposta dirigida ao Governo e aos deputados eleitos pelo Círculo Eleitoral de Coimbra, para que incluíssem no Orçamento de Estado para dois mil e sete, verbas que contemplassem a construção da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

Governo e Deputados, num gesto de grande desprezo e arrogância anti-democrática perante este órgão representativo dos interesses do Concelho de Oliveira do Hospital, ignoraram sem explicações a nossa proposta colectiva e, tão grave como essa desconsideração, votaram contra todas as propostas apresentadas pelo PCP, nomeadamente a que propunha verbas específicas para a construção da ESTGOH.

É incompreensível que, deputados da nação eleitos para defender os interesses do País, votem contra os seus eleitores em obediência a redutores critérios partidários, sem atenderem à validade das propostas apresentadas.

Para além de verbas para a construção da ESTGOH, os deputados do PCP propuseram ainda para inclusão em PIDDAC para dois mil e sete, com o objectivo de responder à pobreza franciscana de verbas atribuídas ao nosso Concelho, dotações para: Construção da Nova Biblioteca Municipal; Beneficiação e Recuperação da Estrada 230 e 231-2; Projecto de Construção do IC 6 e IC 7; Construção do Complexo de Piscinas Anexas ao Agrupamento de Escolas da Cordinha, propostas que, no seu conjunto, ascendiam a mais de um milhão quinhentos e cinquenta mil euros.

A confluência de votos contra as propostas dos deputados do PS, PSD e CDS, adia obras fundamentais para o desenvolvimento do Concelho devendo por esse facto merecer um voto de descontentamento da parte da Assembleia Municipal.

É essa a proposta que formulo para ser votada e enviada aos deputados eleitos pelo Círculo Eleitoral de Coimbra e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminada a intervenção do Sr. João Abreu, foi a presente proposta colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Intervieio, depois, a Sra. Dra. Ana Paula Nobre:

“Traz-me aqui o facto de fazer parte desta Assembleia, estar representada na CPCJ de Oliveira do Hospital e penso que, em final de ano, será importante dar-vos a conhecer aquilo que está a ser feito nesta Comissão. Foi por proposta de membros desta Assembleia, conjuntamente com o Projecto Bem Crescer, que se iniciou este ano um projecto que está a funcionar em todas as escolas do concelho, nomeadamente em todos os Agrupamentos, Escola Secundária e Eptoliva, que se chama EPJ – Espaço de Prevenção Jovem. Este projecto funciona em conjunto com o Bem Crescer e o AGIR. Nele estão integrados professores e outros técnicos das diferentes escolas e tem, como objectivo fundamental, fazer prevenção, acompanhar os jovens e as crianças do nosso concelho. Tem também por bem o facto de, pelo menos as pessoas que estão à frente do projecto e que são responsáveis pelos diferentes EPJ, se reunirem mensalmente e delinearem estratégias comuns e pelo facto, também, de se sentir nas escolas que há uma maior proximidade com os projectos que estão a funcionar no nosso concelho e com a CPCJ de Oliveira do Hospital. Faltava um Centro de Acolhimento que me parece que, neste momento, está previsto nas Grandes Opções do Plano.

Cabe também, em final de ano, fazer uma apreciação, embora muito breve, de coisas boas que foram feitas, apesar de já ter sido dito aqui que parece que não se faz nada de importante em Oliveira do Hospital. Enquanto município, parece-me que algumas coisas foram feitas. Fica a sugestão, só para melhorar alguns aspectos, a meu ver, que podem ser levados a cabo pelo Executivo.

Pela parte da Educação, que vejo que está contemplada nas Grandes Opções do Plano para dois mil e sete, com a atribuição dos prémios que foram dados aquando do dia sete de Outubro. Deixo o desafio de alargar estes prémios a outros níveis, não só a nível secundário. Deixo o desafio aos Srs. Presidentes das Juntas de alargarem este prémio aos alunos que concluem, por exemplo, o quarto ano de escolaridade. Poderá ser um incentivo e os prémios podem ser variados.

Quanto ao Dia Municipal da Educação, a meu ver, no ano de dois mil e seis não teve tanto impacto como nos outros anos. Penso que seria uma matéria a considerar.

Também me congratulo pelo facto da Câmara continuar o projecto de apoiar as diferentes escolas a vários níveis, sempre que as escolas apresentem projectos credíveis. Lanço outro desafio, que tem a ver com o facto deste ano se estar a implementar um Plano Nacional de Leitura e penso que a Câmara poderia ser a promotora de várias iniciativas a este nível, que promovam a leitura a todos os níveis etários e com especial ênfase para os mais novos, com concursos literários, feira do livro, formação para diferentes agentes educativos – que pode ser feita através do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. Fica também a questão da Biblioteca que parece que vai andar, mas a passos lentos.

Relativamente ao desporto, considero interessante a atribuição do Prémio de Mérito. Deixo aqui também alguns desafios: porque não alargar para Melhor Atleta, Atleta Revelação? Fazer uma ligação também com o desporto escolar que se vai fazendo pelo concelho e com qualidade, como Melhor Escola, Melhor Atleta. Fazer uma festa do desporto e outras iniciativas que possam promover esta área, assim como outras infra-estruturas, como uma piscina com melhores condições para Oliveira do Hospital, uma vez que é uma prática com bastante aceitação por parte da população.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à cultura e ao turismo, fica aqui o meu voto para os diferentes eventos que foram surgindo, nomeadamente a Feira do Porco e do Enchido, em Meruge, a Festa da Castanha, em Aldeia das Dez, a Bobadela também com algumas iniciativas com interesse. Porque não outras freguesias pensarem também nouro tipo de iniciativas que possam ligar, inclusivamente, ao ambiente, à cultura, ao desporto, com roteiros de aventura, a gastronomia, entre outras.

Quanto à juventude, continuar o Programa Férias Ocupadas. Penso que foi uma iniciativa com êxito. Seria interessante que fosse alargado. E, porque não, fazer em parceria com a ESTGOH, uma espécie de universidade júnior, onde algumas das actividades pudessem ser desenvolvidas nos seus laboratórios, de forma a que os jovens tivessem um maior contacto e muitos deles pudessem até delinear, em termos de futuro, as suas opções.

Penso que o Executivo devia fazer – e fará com certeza – uma avaliação de tudo aquilo que foi feito ao longo do ano. Eu dou maior ênfase à parte da educação e à parte social mas penso que outras coisas poderão ser feitas no sentido de promover o nosso concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por fazer a seguinte declaração:

“Gostaria de começar por fazer uma intervenção um pouco genérica, dizendo o seguinte: a virtude da democracia está, precisamente, no direito à diferença. No direito à diferença em termos de pensamento e em termos de acção. E não podem aqueles que, sucessivamente, vêm aqui invocar a questão da cultura democrática, estar a criticar o Presidente da Câmara por ter feito uma intervenção no dia sete de Outubro, clara, objectiva, sobre problemas do concelho. Julgo que isto é evidente. Não nos serve de nada invocarmos a questão da cultura democrática quando a cultura democrática nos interessa e, noutras situações, esquecemos essa cultura democrática e vimos aqui fazer a invocação da falta dela para aquilo que são intervenções que eu acho que são normais e lógicas num sistema democrático. Senão, sim, estar-se-ia a aplicar a “lei da rolha” e a “lei da rolha” não pode ser só aplicada para alguns; a “lei da rolha” não se deve aplicar para ninguém. Portanto, toda a gente aqui diz o que pensa sobre os mais variados temas e problemas, da mesma forma que se reserva o direito ao Sr. Presidente da Câmara, quando questionado, de responder a essas questões e de, quando está em actos públicos, fazer as intervenções que considera mais importantes e mais adequadas para aquilo que são os objectivos e que têm a ver com o desenvolvimento do concelho.

E, porque é de desenvolvimento do concelho que se trata, também não podem vir aqui alguns Srs. Deputados falar em termos partidários, sendo conhecedores de coisas que a Câmara – que é a instituição que deve ter o conhecimento – não tem. Mas, para provar que, efectivamente, o discurso do político-partidário nesta Assembleia é diferente do discurso oficial, eu vou ler algumas informações que aqui tenho.

Mas gostaria também de dizer que todos nós temos o mesmo objectivo. E o objectivo do Presidente da Câmara e do Executivo é fazer o mais que pode pelo concelho. Alguns bem me querem desafiar sob o ponto de vista partidário mas eu estou aqui acima do partido. Estou aqui para trabalhar pelos oliveirenses e pelo concelho de Oliveira do Hospital, que eu adoptei como lugar que eu resido há trinta anos, para trabalhar até ao limite por aquilo que são os interesses dos oliveirenses. Porque os interesses não são do PS, do PSD, do CDS ou da CDU; os interesses são do concelho e é preciso que haja condições objectivas para que determinados objectivos que estão presentes na mente de todos possam ser concretizados. E, se uns desses objectivos dependem exclusivamente da vontade do Executivo, outros há que, sem o apoio daqueles que governam a Nação, são impossíveis de levar a cabo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E isto é que tem que ser entendido: sejam os Governos de que cor forem, sejam os ministros e os secretários de estado quem forem, têm o dever de olhar pelo concelho como um todo e como uma parte integrante do País. E o desenvolvimento tem que ser sustentado. Não podem alguns políticos ao nível do Governo, “encher a boca de interior” para dizer que é preciso desenvolver mas , depois quando é para fazer os investimentos, continuam sempre a ser feitos nas mesmas zonas, nos mesmos locais, ou seja, no litoral e nas urbes. Toda a gente percebe porquê.

Aliás, quando sair o resultado do Programa PARES, ao qual o nosso concelho apresentou nove candidaturas, terão oportunidade também de perceber o porquê quando virem as candidaturas que foram aprovadas e onde é que elas foram aprovadas. E, então, cada um de vós fará a leitura em relação à forma como se desenvolve a política e, nomeadamente, aqui ao nível do nosso distrito.

Gostaria de dizer ao Sr. Carlos Mendes e ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino que não há ninguém mais interessado em resolver o problema do PDM que o Presidente da Câmara. Mas não é o Presidente da Câmara que faz as leis. Portanto, o PDM tem que ser desenvolvido mediante uma tramitação legal, que tem que ser percorrida. Dizer ainda que o Sr. Presidente da Câmara, nas diversas reuniões, tem sempre apelado à celeridade, no sentido de resolver este problema. Mas também não há crime nenhum pois nós temos um PDM, que está em vigor. E, porventura, alguns – num contexto geral e sem querer referir-me a alguém desta Assembleia –, quando virem a revisão do PDM, vão ficar muito frustrados porque, eventualmente, teriam alguns interesses que não vão ser contemplados.

E sobre a ESTGOH, o Chefe de Gabinete de Sua Excelência, o Primeiro Ministro, respondeu assim:

“Tendo presente a carta de V. Exa. de 27 de Setembro, sobre a construção das novas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, encarrega-me o Senhor Primeiro Ministro, Eng.º José Sócrates, de informar que foi decidido encaminhar o assunto para apreciação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao qual foi solicitada informação a transmitir directamente a V. Exa. pelos respectivos serviços.”

Também sobre a ESTGOH, recebemos o seguinte ofício da parte do Chefe de Gabinete de S.E., o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

“Acusando a recepção da comunicação relativa ao assunto em epígrafe, cujo teor nos mereceu a melhor atenção, informo V. Exa. que a elaboração do plano de investimentos de infra-estruturas do ensino superior para 2007, obedeceu aos critérios definidos por despacho do Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior, de 23 de Agosto do corrente ano.

Os critérios enunciados no despacho, enquadram-se nas prioridades que agora se reproduzem:

- Prosseguimento ou conclusão de obras em curso que tenham sido aprovadas por despacho ministerial com a previsão expressa de financiamento pelo Orçamento do Estado;
- Projectos já aprovados por despacho ministerial de 2006 com a previsão expressa de financiamento pelo Orçamento de Estado;
- Construção, ampliação ou renovação das instalações das unidades orgânicas das Universidades que ministram o curso de licenciatura em Medicina quando respeitantes a contratos de desenvolvimento celebrados em 2001 para esse fim e de acordo com faseamento a definir.
- Obras cuja urgência esteja devidamente comprovada por motivos de segurança.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A construção de novas instalações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital do Instituto Politécnico de Coimbra, não se encontra abrangida por nenhum dos critérios definidos no referido despacho.

Mais informo que, de acordo com aquele despacho, a atribuição de financiamento nacional e comunitário para novas obras e respectivos equipamentos no ensino superior, será decidida através de concurso público a lançar após a aprovação do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Os termos de referência desse concurso reflectirão as necessidades efectivas do Ensino Superior, utilizando de forma mais transparente, racional e flexível os recursos financeiros disponíveis.”

Sobre o IC 6, dirigiu este ofício ao Presidente das Estradas de Portugal:

“Atendendo às sucessivas notícias que têm sido veiculadas na comunicação social nacional, regional e local sobre a execução do IC 6, nomeadamente sobre o troço Catraia dos Poços/Vendas de Galizes, e dado, que algumas delas são contraditórias, venho pelo presente solicitar a V. Exa. informação urgente sobre:

I. Ponto de situação do processo relativo ao respectivo processo de execução;

II. Previsão da data de início dos respectivos trabalhos de execução.”

Foi, então, recebida a seguinte resposta:

“Em resposta ao ofício enviado por V. Exa. no passado dia 15 do corrente mês, informa-se que foi objecto de concurso o projecto de execução do lanço do IC6 entre Catraia dos Poços e Venda de Galizes, mas devido ao facto de ter sido lançado o Estudo de Viabilidade do IC6/IC7/IC37 em Setembro de 2005, foi decidido que o projecto só seria desenvolvido numa primeira fase entre Catraia dos Poços e a zona de ligação com a futura variante a Tábua (EN 337). O restante lanço será concluído após os primeiros resultados daquele estudo.

Prevê-se que esta 1ª fase do Projecto de Execução esteja concluída até ao final do corrente ano.

Encontra-se na proposta do Plano de Investimentos desta empresa para o próximo ano, a obra de construção entre Catraia dos Poços e a Variante a Tábua.”

Face a esta resposta com um discurso redondo e pouco claro, enviei outro ofício com o seguinte conteúdo:

“Tendo tomado conhecimento do conteúdo do v/ ofício, confesso que a informação fornecida é vaga e difusa.

Foram colocadas duas questões claras e objectivas relativamente a uma matéria que é de capital interesse para o concelho de Oliveira do Hospital. Assim, e sem pretender ser maçador, solicito a V. Exa. respostas claras e objectivas às perguntas formuladas:

I. Está ou não concluído o projecto de execução da obra em causa (IC 6 – Troço Catraia dos Poços / Vendas de Galizes)?

II. Já foi lançado concurso para a execução da obra? Em caso afirmativo, qual a previsão para o início dos trabalhos?”

Podia aqui também falar de uma célebre carta-aberta do Partido Socialista à população enviada em vinte e dois de Julho de dois mil e três, da qual vou ler só a parte final:

“O Presidente da Câmara Municipal e o Governo têm que ser fortemente responsabilizados pelas consequências da sua incapacidade e deverão imediatamente arrepiar caminho e fazer tudo para colmatar, desde já, os erros do seu comportamento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A população, a região e o século XXI exigem e merecem outro sentido de Estado do poder instituído.

A curto prazo, por directiva comunitária – Declaração de Bolonha –, o politécnico terá as mesmas funções da universidade. O futuro das sociedades modernas passa pelas novas tecnologias. Conseguiu-se a criação do politécnico ligado a essas tecnologias. A tentativa de o matar é a maior machadada até hoje dada no desenvolvimento do nosso concelho.”

Eu espero que o Partido Socialista e o Governo Socialista, que criou a Escola, não a queira agora “matar”. Faço minhas as palavras da Comissão Política de então do Partido Socialista.”

Sobre as outras questões, o Sr. Presidente da Câmara começou por, dirigindo-se ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, dizer que, sobre questões relacionadas com processos de licenciamento do foro particular, devia dirigir-se à Secção de Obras, onde poderia obter as informações pretendidas. Referiu ainda que o Presidente da Câmara não pode memorizar o ponto de situação de todos os processos existentes na autarquia e que seria impensável que todos os membros da Assembleia viessem às sessões questioná-lo sobre assuntos do âmbito particular.

No que respeita à questão do eventual encerramento do S.A.P. no período nocturno, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o que foi sempre dito foi que tinha sido uma comissão a reunir com o Administrador Regional de Saúde e com o Governador Civil. Voltou ainda a frisar que nada tem a ver com o que é escrito nos jornais pois a publicação das notícias é da única e exclusiva responsabilidade dos respectivos jornalistas. Ainda nesta matéria, acrescentou que o que importa é o compromisso que o Sr. Administrador Regional de Saúde assumiu de que o S.A.P. só encerrará depois de haver uma alternativa local para atendimento dos casos graves.

Relativamente às sugestões apresentadas pelo Sr. Prof. José Carlos Alexandrino sobre a estrada Oliveira do Hospital / Felgueira, referiu que irá estudar essa hipótese com os técnicos e informou ainda que tem havido o cuidado de, com frequência, se deitar sal nos locais onde se forma mais gelo.

Quanto à constituição da Z.I.F., mencionada pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, o Sr. Presidente da Câmara disse que também se congratulava com o seu aparecimento e que, agora, esperava que fossem dadas condições para que esta estrutura e os respectivos projectos possam vir a ser uma realidade. Acrescentou ainda que gostaria que surgissem outros projectos, ligados a estes, com vista à exploração de alguns produtos endógenos que podem ser retirados da floresta. Desejou ainda os maiores sucessos à entidade gestora – a CAULE –, salientando que a Câmara Municipal tudo fará para haver uma estreita colaboração na preservação de um património tão valioso como é a floresta.

Depois, o Sr. Presidente da Câmara disse que, relativamente à intervenção do Sr. João Abreu, iria propor à Câmara Municipal a atribuição de um subsídio correspondente à parte restante do valor do investimento no espaço internet da Associação dos Jovens de Meruge. Aproveitou a ocasião para esclarecer que o último posto de internet a ser construído com as características de Lagares da Beira e Nogueira do Cravo será o de Seixo da Beira, por ser a terceira maior freguesia do concelho, procedendo, para tal, à adaptação das antigas instalações dos CTT. Nas restantes freguesias, continuou, a Câmara Municipal apoiará os investimentos que surjam neste âmbito, como está a acontecer agora em Meruge, com a iniciativa da Associação de Jovens.

No que respeita à intervenção da Dra. Ana Paula Nobre, o Sr. Presidente da Câmara informou que a autarquia irá aderir ao Plano Nacional de Leitura, que entrará em funcionamento no próximo ano.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto ao facto do Sr. Prof. João Dinis ter referido que o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios está ultrapassado, esclareceu que há questões que têm que ser contempladas ao nível desse Plano, por força da lei.

No que respeita ao elogio tecido pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves relativamente à intervenções do Sr. Vereador José Francisco Rolo, o Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara apresentou candidaturas e apoiou entidades na apresentação de candidaturas a todos os Programas por ele referidos.

Quanto à Carta Educativa, deu conhecimento que a empresa adjudicatária já procedeu à entrega dos estudos preliminares, pelo que estão a ser analisados para que, quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia, se venham a pronunciar sobre este documento.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, foi novamente questionado pelo Sr. Prof. João Dinis sobre a criação do Observatório do Ambiente, tendo respondido que nada estava feito e que nada mais tinha a dizer sobre esta questão. Face a esta resposta, o Sr. Prof. João Dinis perguntou à Mesa da Assembleia que reacção tinha perante a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara, ao que o Sr. Dr. Simões Saraiva respondeu que, na sua opinião, ao invés de se constituir um problema, esta era uma questão que, certamente, será resolvida facilmente entre ambos, numa ocasião depois desta sessão.

Em seguida, entrou-se no ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
30.SET	Lançamento de Livro sobre a História do Futebol em Nogueira do Cravo
03.OUT	Bodas de Prata do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Santa Ovaia
07.OUT	Comemorações do Feriado Municipal
10.OUT	Reunião da Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, na Lousã
11.OUT	Conselho Local de Acção Social (CLAS) da Rede Social
14.OUT	Inauguração do Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas
19.OUT	Reunião com Delegação do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital
28.OUT	Apresentação de Livro “Um anjo no céu”, de Fátima Faria Rodrigues, na Casa da Cultura
30.OUT	Reunião da Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios
07.NOV	Reunião com Confraria do Queijo Serra da Estrela
08.NOV	Abertura Solene do Ano Lectivo da ESTGOH
09.NOV	Conselho Municipal de Educação
15.NOV	Reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do PDM
16.NOV	Reunião com Gabinete responsável pelo Estudo de Avaliação Estratégica do IC6 e IC7
17.NOV	Assembleia Municipal Extraordinária
21.NOV	Reunião com Presidentes de Junta do concelho (Plano e Orçamento)
22.NOV	Conselho Geral do Instituto Politécnico de Coimbra
22.NOV	Reunião com o Sr. Governador Civil, em Coimbra
28.NOV	Reunião com Águas do Zêzere e Côa
30.NOV	Reunião com Direcção do Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas
07.DEZ	Comissão Regional da Reserva Agrícola, em Coimbra



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 20.DEZ Entrega de Cabazes de Natal a Famílias Carenciadas do concelho
- 20.DEZ Reunião de Direcção e Assembleia da ADESA
- 21.DEZ Abertura das Jornadas Técnicas sobre Frutos Regionais de Qualidade
- 21.DEZ Reunião da Comunidade Intermunicipal do Pinhal, na Pampilhosa da Serra

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

Projecto Ponto de Situação

- Rectificação e pavimentação do Caminho Alentejo / Alvôco de Várzeas - Homologada a candidatura à Medida I.1 do Programa Operacional da Região Centro
- Consolidação, conservação, reabilitação e divulgação dos Monumentos Megalíticos de Oliveira do Hospital - Apresentada candidatura à Medida I.1 do Programa Operacional da Cultura
- Rotunda da Central de Camionagem com ligações à ex-EN-230 nas direcções norte e sul e ainda à Rua D. Josefina da Fonseca, em Oliveira do Hospital - Apresentada candidatura à Medida I.1 do Programa Operacional da Região Centro
- Caminho do Borralhal – Ligação à Quinta da Pica, em Lagares da Beira - Apresentada candidatura à Medida I.1 do Programa Operacional da Região Centro
- Espaço Internet do Seixo da Beira - Apresentada candidatura à Medida III.6 do Programa Operacional da Região Centro

Depois, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes, para o quadriénio 2007/2010, e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2007.

Foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Não posso deixar de me congratular com o voto que esta Assembleia, há pouco, unanimemente consagrou àquele voto de descontentamento. Nisto sinto conforto, enquanto nascido e vivido neste concelho e – permitam-me que vos diga – “ainda se vê que há cães da Serra por aqui”. Entenda-se esta expressão, que é uma expressão popular, que tem um significado telúrico e rural, mas que eu gosto bastante. Dignifica esta Assembleia e cada um dos seus membros, muito especialmente aqueles que, politicamente, a nível dos seus partidos, se possam ter sentido atingidos. Eu congratulo-me sinceramente por essa disposição hoje aqui manifestada.

Entretanto, também não posso deixar de salientar o verbo que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves utilizou na “manipulação” do pessoal que fez o “buzinão”, portanto, dos membros da comissão que a promoveu e de alguns que participaram. Eu acho que, se o Dr. Rodrigues Gonçalves tivesse dito “vocês não têm razão”, tinha toda a legitimidade. Dizer que se manipula, que há manipuladores, insulta membros da comissão e insulta a inteligência dos outros, que se deixam manipular.

Quanto ao assunto da Ordem do Dia, começar por dizer que a Introdução às G.O.P.’s – feita pela própria Câmara Municipal – facilita e esclarece a interpretação dos restantes documentos – Plano de Actividades e Orçamentos para 2007 e seguintes.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Objectivamente, para 2007 há um aumento de receitas e despesas de 5,31% em relação a 2006, o que à partida é positivo. Mas não basta dizer-se logo a seguir, e assim como que à cautela, que estamos perante um mero “plano de intenções”. Sim, não basta dizer-se isso e, no mínimo, é mesmo irregular pois, perante a lei, estes documentos traduzem compromissos efectivos da gestão camarária e não exercícios formais só para “oliveirense ver” ou para nós aqui andarmos entretidos a discutir e a rediscutir... Aliás, em dois parágrafos da mesma “Introdução”, a Câmara assume uma excessiva volatilidade de planeamento e gestão, o que é um erro político e de gestão também. Todavia louve-se-lhe a franqueza...

De qualquer forma, pela análise que fizemos, as taxas e licenças municipais, essas, em 2007, aumentam inexoravelmente 3% em média.

Acresce que o Orçamento de Estado do Governo PS mantém o anterior nível de financiamento directo para o Município, o que significa uma redução real das verbas a transitar do Orçamento de Estado durante 2007. Esse constrangimento financeiro impede a execução de obra municipal, logo, também por aí, o Governo impede a melhoria das condições de vida das populações. Mas não só, porque no presente e no horizonte avolumam-se as tentativas do Poder Central, do mesmo Governo, em transferir mais responsabilidades e mais competências para cima dos Municípios sem os correspondentes meios financeiros. E, no contexto destas políticas de direita pura e dura, quem afirmar que não senhor, que vai haver mais e melhores recursos e serviços do Estado/Governo para vivermos todos no paraíso, quem para cá nos vier contar dessas estórias, está ou a mentir descaradamente ou a ser um descuidado veículo de mentiras. Portanto, aqui repito: ponham-se a Câmara e o Município “a pau” com as transferências, por parte do Governo, de mais responsabilidades na Saúde, na Educação, na Agricultura, na Segurança Social, na Segurança Pública dos Cidadãos, etc, etc...

Entretanto, para 2007 e seguintes constata-se, também objectivamente, que há uma vasta série de obras, projectos e outras iniciativas que se repetem em relação a 2006 e a anos anteriores, o que não é positivo porque indica que há demasiadas obras que estão a ser adiadas de ano para ano. Comparativamente com 2006 e anos anteriores, e embora num cálculo feito a correr, as obras e projectos concretos que se repetem para 2007 e seguintes, somam mais de 7,5 milhões de euros ou seja, as principais obras repetidas (embora com alterações de valores) atingem na ordem de 60% das despesas de capital do Orçamento da Despesa, o que é muito.

É certo que a Câmara também tem razão quando afirma haver projectos/candidaturas que tiveram de transitar para 2007 e seguintes pois, na verdade, o Governo PS congelou as candidaturas praticamente todas em 2006 à espera, dizem-nos, do QREN, Quadro de Referência Estratégico Nacional para 2007–2013. Também isso deve constituir motivo para a Câmara e o Município se “porem a pau”, pois agora tudo vai confluir de avalanche no QREN ou seja, é imperioso que a Câmara rapidamente apresente o máximo de candidaturas aos vários programas específicos. Neste âmbito – e para além de uma prévia e transparente definição das prioridades – parece-nos ser aconselhável e útil que a Câmara não arranque com obras para Polidesportivos, para um relvado sintético (onde, onde?), para Casas Mortuárias, etc, para ir pagar essas obras quase na totalidade, sem que, primeiro, essas mesmas obras sejam sujeitas a candidatura, junto da CCDRC, para a obtenção de subsídios públicos do Estado e da União Europeia, precisamente no âmbito do QREN.

Aliás, ainda neste âmbito, muito convém esclarecer urgentemente com o Governo a questão dos IC’s que agora, e ao que se vai sabendo, já não são o IC6 e o IC 7 mas um só IC a que, por isso, nós passaremos a chamar de IC 6,5. Pois a este respeito, destacados membros do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Governo continuam a garantir que, em breve, vai ser lançado concurso público para abertura do troço do novo IC 6,5 até à subestação da EDP junto à EN 17, donde um dia vai derivar para o Nordeste do Concelho. E, já agora, muito convém esclarecer com o Governo, e urgentemente, como vai ser com os arranjos da Estrada – agora considerada prioritária – entre Oliveira do Hospital e Felgueira Velha que está classificada como Estrada Regional apesar do protocolo em vigor com a Câmara Municipal desde 1991.

Apraz-nos registar a disposição da Câmara ao admitir, finalmente, que vai contrair empréstimos bancários para fazer mais obras. É uma opção que nós, CDU, aqui temos defendido desde sempre e sem que alguma vez tenhamos pretendido hipotecar o Município. A Câmara tem margem de manobra legal para contrair empréstimos bancários pelo menos até mais 2 milhões e 500 mil Euros – e isto apesar das inadmissíveis imposições restritivas do Governo PS também nesta matéria – e, por isso, é necessário que utilize essa possibilidade. Sendo de salientar a boa saúde financeira da Câmara e a recuperação de dívidas anteriores – e nós, CDU, temo-lo aqui salientado – também é preciso dizer-se que a Câmara só deve, vamos lá, pouco dinheiro à banca, a empreiteiros e a outros credores porque, afinal, não tem feito muitas das obras e muitos dos projectos que tem feito constar em sucessivos Planos de Actividade e Orçamentos... Ou seja, não há mal nenhum, e antes pelo contrário, em que a Câmara vá rapidamente contrair os empréstimo bancários de que necessita para fazer obras.

Mas porque aceitamos discutir prioridades sobretudo em tempos de vacas magras, também não concordamos com as despesas em vários “excessos ornamentais” em ruas e rotundas, e não concordamos com o faz e desfaz certas obras, e com obras “a mais” em situações evitáveis que, nos últimos quatro/cinco anos, já custaram na ordem de 3,5 milhões de euros “a mais” ao Município...

Mas se se propõe mais um arranjo ornamental numa dada rotunda dentro da Cidade, desta vez com uma estátua ao empresário, então nós, CDU, propomos que também se faça um conjunto escultórico a homenagear o Trabalhador do Concelho, afinal sempre o mais sacrificado como de novo se prova com o recente leilão de uma ex-empresa cá do burgo.

É gratificante ver a prioridade à Educação e, por isso, é que se espera que sejam dadas iguais condições a todas as crianças e jovens, nomeadamente nas condições físicas dos edifícios e nos serviços de natureza social. E, se estamos de acordo com os setenta e cinco mil euros para o agora Centro Educativo de Seixo da Beira, não podemos deixar de notar que falta referência expressa à construção do edifício polivalente anexo às escolas que servem Vila Franca e Aldeia Formosa.

É bom ver inscritas verbas significativas para criar o novo recinto da Feira. Não falte agora a vontade política, e preveja-se lá, na nova Feira, um Parque para os Gados, tradição local e factor de dinamização da economia rural.

E que o Terminal Rodoviário se faça ainda que em 2008...

Estamos de acordo com o volume – ou mais propriamente com a proporção – das verbas previstas para investir a rede viária interna e congratulamo-nos com as verbas outra vez previstas para as ligações entre as Povoações. Aliás, não é por acaso que a CDU tem dado expressão clara a esse objectivo nos seus vários programas eleitorais. Aceitamos correr o risco de aqui afirmar de novo que, para a vida quotidiana da maioria dos Oliveirenses, é mais importante melhorar a rede viária interna do que, por exemplo, construir o IC 6,5, embora uma coisa não substitua a outra.

Todavia, no “Plano e Orçamento da Câmara” falta elevar à categoria de grande prioridade,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a melhoria e ampliação da rede de caminhos agrícolas e rurais, pelo menos na zona da Cordinha. E falta referência expressa ao indispensável apoio municipal para o equipamento do Lar de Idosos da Cordinha.

Incompreensivelmente, também continua esquecido o belo Vale do Mondego. Esquecidos continuam os seus recursos naturais, as suas paisagens, a sua rede de caminhos, os seus socalcos construídos por gerações e gerações de agricultores, o Castro do Vieiro que não é referenciado, as Povoações em ruínas, a floresta queimada e em risco de ser queimada. Afinal, quando é que Câmara e Governo dão conta que, também em Oliveira do Hospital, há um belo Vale do Mondego, e um Vale do Seia, - ainda com os seus Açudes em ruínas; com extracção ilegal de areias? Precisamos aqui, de facto, do Observatório do Ambiente e dos Recursos Naturais...

E discutir prioridades e critérios transparentes é enfrentar criticamente outro dos desequilíbrios do Plano e Orçamento: há uma excessiva concentração de financiamentos na Cidade e sua Zona Urbana (e em mais duas ou três Freguesias...) comparativamente com outras Zonas do Concelho e com as Zonas Urbanas da maior parte das Freguesias.

Até há concentração de verbas em animações festivas no Vale do Alva e na Cidade sem idêntico tratamento, por exemplo, para a Cordinha.

Fala a Câmara, e fala o Senhor Presidente em particular, em transferir mais verbas para administração directa das Freguesias. Estamos de acordo com isso mas, primeiro ou ao mesmo tempo, é necessário definir critérios objectivos, critérios equitativos e transparentes, com a participação dos membros das Juntas e Assembleias de Freguesia. Nestas e noutras matérias, o uso e abuso do chamado poder discricionário é uma forma anti-democrática de governar a coisa pública, aliás como bem afirmou o Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal de Setembro passado, embora essa sua afirmação não conste da Acta respectiva, e devia lá constar.

Continuam previstas elevadas verbas – mais de um milhão e cem mil euros – para Água e Saneamento, necessidades básicas das Populações. Por outro lado, tal volume de verbas parece ser sintoma de que, efectivamente, não é famoso o negócio para que o Município foi empurrado com a empresa Águas do Zêzere e Côa...

Três questões estratégicas: a revisão em curso do Plano Director Municipal; o Plano Urbanístico da Cidade; a feitura do Plano Municipal de Ordenamento Florestal. É fundamental a importância estratégica destes instrumentos mas não está plasmada nos documentos que nos chegaram às mãos. Fala-se na revisão do PDM quase como se de uma lenda se tratasse já. E não se fala nem do Plano Municipal de Ordenamento Florestal nem do Plano Urbanístico da Cidade... E não havendo avanços firmes e decididos nestas matérias, não há G.O.P.'s que nos valham e por muito francas que elas sejam!

No domínio das Despesas Correntes, os Serviços Municipais precisam de mais recursos financeiros para serem mais eficazes mas, também aqui, as inadmissíveis restrições na execução orçamental impostas às Autarquias pelo Governo, vêm impedir, objectivamente, esse reforço de dotação orçamental específica.

Assinalo a re-re-re-inclusão de duas obras explicitamente para a minha Freguesia. Arrisco-me a dizer hoje, aqui, que a Câmara vai arranjar forma do Parque Merendeiro ser feito em 2007. Espero que, entre outras, também se faça a recuperação do pavimento de duas ou três ruas da minha Terra que estão em péssimo estado. Quanto à pavimentação da Estrada Velha, espero e encarecidamente rogo, aqui eu rogo, que ela seja pavimentada ao mesmo tempo que seja bem rectificada a sua confluência com a Estrada principal, a perigosa E.N. 231-2.

Nós, eleitos CDU, vamos abster-nos na votação destes documentos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apesar de tudo, apesar de tudo, há neles boas intenções. E há várias obras e outras iniciativas que a CDU tem vindo a propor. Até se fala em “incubadoras de empresas” e afins nesse linguajar tecnocrático e pseudo-inovador que, aliás, eu pessoalmente estranho no Senhor Presidente tendo em conta o seu assumido pragmatismo. Mas enfim, deve ser moda...

Não votamos contra porque não aferimos posições consoante as conveniências mais ou menos politiqueras. Não queremos dar lições a ninguém mas também queremos que não nos confundam com outros.

Não vimos para aqui criticar a Câmara por só ter 167 mil euros para a tal incubadora de empresas e afins, quando o PIDDAC do Orçamento de Estado para 2007 do Governo PS tem a miséria de 115 mil euros inscritos para o nosso Concelho, e quando, na Assembleia da República, se vota contra propostas que visavam trazer mais 1.550.000 euros de investimento central para vivermos melhor no nosso Concelho!

Mas, no Plano e Orçamento da Câmara também há lacunas e alguns desequilíbrios como aliás enumerámos. Todavia, pelo menos, que as obras, projectos e candidaturas arranquem e se afirmem desde já, sem ficar à espera de 2009, ano de eleições para as Autarquias e para Assembleia da República ou seja, que, em geral, PSD e PS não nos sacrifiquem mais aos seus ritmos eleitoralistas...

E esta também é a mensagem de Natal e Ano Novo!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Alberto Cadima, que fez a seguinte declaração:

“Quando, em 2005, votei favoravelmente o Plano e o Orçamento para 2006, pensava que a minha freguesia seria contemplada com obras a que se refere o Plano de 2006, pois não nos foi possível contemplar nenhuma visto para nós ter sido o ano zero.

Olhando para o Plano de 2007, é um plano ambicioso por parte da Câmara Municipal pois gostava que tudo que está referido para a minha freguesia não fosse só no papel como foi no ano de 2006.

Será para nós importante que o início da Casa Mortuária seja um facto. Quanto ao polidesportivo, Sr. Presidente, esteja descansado que, dentro dos primeiros seis meses do ano, terá o terreno para a sua construção. Espero também que inicie o alcatroamento das estradas da freguesia pois estão em péssimo estado. Também não me irei calar sobre a requalificação do lavadouro do Cortinhal e também não me irei calar sobre o empedramento da Regada de Baixo pois o Sr. Presidente sabe que são extremamente importantes para a minha freguesia.

Como não deu nada a esta Junta em 2006, espero que cumpra perante os eleitores da minha freguesia, que votaram favoravelmente em si para Presidente desta Câmara, pois eu em si já perdi toda a confiança, visto me ter desapontado no ano de 2006. Mas espero que, ao votar favoravelmente este Plano e Orçamento, como estou a fazer, dando-lhe mais uma hipótese para que pense na minha freguesia e também neste concelho que o elegeu para seguir os destinos do concelho. E que me confiou a mim, para que realize na minha freguesia as obras que sejam necessárias.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. António Maria Jorge, que fez a seguinte intervenção:

“Ao analisar as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2007, não posso deixar de manifestar o meu descontentamento por este Plano não trazer nada de novo para a Freguesia de Ervedal. Apenas e só uma das povoações é contemplada com duas pequenas obras de pavimentação em Fiais da Beira, no valor de 10.000 euros cada, que transitaram de anos anteriores.

Face ao que antecede e na impossibilidade de o ter feito pessoalmente leva-me a perguntar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a V. Exa., Sr. Presidente, o seguinte:

Para quando o arranjo dos passeios na Avenida Nova e Avenida D. Manuel I em Ervedal?

Para quando a colocação de controlo de velocidade de veículos automóveis, na Avenida Nova e na Rua dos Oleiros em Ervedal, com a instalação de semáforos, lombas ou bandas sonoras?

Para quando a construção de duas rotundas à entrada de Ervedal do lado de Lagares e Vila Franca da Beira?

Para quando a colocação de passadeiras nos pontos mais perigosos da Freguesia?

Para quando o arranjo dos caminhos públicos na freguesia e a abertura de estradões para o combate a incêndios?

Para quando a beneficiação do Estradão que liga Aldeia Formosa/Seixas e Póvoa de S. Cosme à EN 230, passando pelo Vale de Ferro?

A falta de algumas destas obras, podem originar acidentes graves com perdas de vidas humanas, que a todos nos compete evitar e que muito me preocupa.

Julgo que só por esquecimento algumas destas obras não foram incluídos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2007, pois outras razões julgo não existirem, mas se as houver gostaria de ser esclarecido.

Poderá V. Exa. dizer que algumas destas obras estão previstas noutras rubricas do Plano. Acredito que sim! Mas entendo que, para as obras serem executadas, deverão constar em Plano e serem devidamente planeadas e programadas.

Apesar de tudo isto, eu voto a favor.

Nesta quadra natalícia desejo a todos um Santo Natal e próspero Ano Novo.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. António Raúl Dinis Costa que, depois de desejar Boas Festas a todos os presentes, congratulou-se por, ao fim de cerca de vinte anos, ter sido pavimentado o Caminho do Borrhal, em Lagares da Beira.

Seguidamente, lembrou que foi eleito pela população de Lagares da Beira, pelo que a sua primeira prioridade é a defesa dos interesses da sua freguesia, o que faz em consciência. Salientou, com agrado, a inclusão de duas importantes obras nas Grandes Opções do Plano para o próximo ano – a recuperação do antigo quartel dos Bombeiros de Lagares e a estrada Lagares / Meruge / Limite do Concelho. Para além destas, continuou, há sempre a possibilidade de serem executadas outras obras na sua freguesia – e a Câmara Municipal tem conhecimento das suas necessidades – através das rubricas gerais, sendo também certo que estas permitirão igualmente a transferência de verbas municipais para que a Junta de Freguesia leve a efeito alguns investimentos considerados necessários.

Deste modo, continuou, o seu voto irá no sentido da aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2007. No entanto, lembrou ainda alguns problemas que gostaria que fossem resolvidos: a questão da ACIBEIRA, a entrada norte de Lagares, a estrada Oliveira do Hospital / Nelas, bem como a necessidade de criação de alguns espaços ou pavilhões nos quais se pudessem instalar as pequenas indústrias e oficinas que existem no interior da povoação e cuja laboração causa alguns incómodos a quem vive mais perto.

Por fim, sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que, quando for executada a estrada Lagares da Beira / Meruge, seja estudada a viabilidade da implantação de uma rotunda junto ao depósito da água, para obrigar à redução da velocidade e, assim, tornar a via mais segura.

Interveio, depois, o Sr. Engº Carlos Maia que começou por fazer alguns reparos aos documentos previsionais. Assim, salientou que, para os próximos três anos, está prevista uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verba de trinta e nove milhões de euros para o Programa 9 e uma importância de quinze milhões e quinhentos mil euros para as Comunicações e Transportes. Além disso, mais de cinquenta por cento desta rubrica vai para três ou quatro obras, como a Central de Camionagem, a Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, a estrada Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira, e para duas rubricas muito vagas que absorvem uma verba elevada.

No que respeita ao Objectivo Habitação e Urbanismo, continuou, ressalta que cinquenta por cento do montante atribuído vai para a requalificação do Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital. Quanto à Cultura e Desporto, realçou a verba destinada à nova Biblioteca Municipal, obra que considera fundamental e há muito adiada.

Depois, o Sr. Eng^o Carlos Maia referiu-se aos Objectivos que absorvem verbas mais elevadas: Comunicações e Transportes com cerca de quarenta por cento, Habitação e Urbanismo com dez por cento, Cultura e Desporto com treze e meio por cento, Defesa do Meio Ambiente com dez por cento e oito vírgula nove para o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público. A contrastar, continuou, surge a Solidariedade e Acção Social com uma verba cinco a seis vezes inferior ao montante que está inscrito na rubrica da Cultura e do Desporto, disparidade com a qual, referiu, não pode concordar. Na sua opinião, a Câmara Municipal está a dar muito pouca atenção à Acção Social e à Solidariedade, com a atribuição de montantes “mínimos”.

Seguidamente, o Sr. Eng^o Carlos Maia chamou a atenção para o facto de, depois de ter analisado cuidadosamente as Grandes Opções do Plano, ter verificado que as freguesias cujas autarcas são do Partido Socialista foram preteridas em relação às que são afectas ao PSD, sendo-lhe apenas atribuídas verbas ínfimas. Assim, fará questão de informar as populações das freguesias de Ervedal da Beira, Lagares da Beira e de São Paio de Gramaços de quais são os planos de investimentos da Câmara Municipal naquelas freguesias para os próximos três anos.

Por fim, salientou a existência de rubricas de âmbito geral, com a afectação de centenas de milhares de euros, cuja execução vai ficar ao “livre arbítrio” do Sr. Presidente da Câmara, o que considera incorrecto. Quanto ao Orçamento, também criticou que, na Receita, haja grandes montantes adstritos às rubricas “Outras”, o que causa muita indefinição quanto à sua origem.

Deste modo, concluiu, se as questões que explanou não forem clarificadas, votará contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o próximo ano.

Terminada esta intervenção, tomou a palavra o Sr. António dos Santos Lopes:

“A resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu relativamente à questão do João Dinis quanto ao papel desta Assembleia e a resposta que foi dada ao José Carlos Alexandrino quanto a um projecto de investimento, diz tudo o que eu penso que é a forma de ser e de estar desta Câmara Municipal e justifica porque é que este concelho não “anda”.

De qualquer forma, gostava de dizer à Mesa que não ando aqui a “encher pneus”. Eu estou aqui para fiscalizar a Câmara, não é a Câmara para me fiscalizar a mim e espero não ter que voltar a falar sobre este assunto.

Quanto às questões de cultura democrática, argumentando não há problema que não se resolva. E até o Padre António Vieira dizia “aos mudos fez Deus surdos porque rebentariam de dor se ouvissem e não pudessem responder”.

Sr. Presidente da Câmara: não diga que sabia que não lhe podiam responder; dizer o que disse foi, quanto a mim, uma atitude de profunda falta de cultura democrática e, como lhe disse, argumentando não há problema que não se resolva. Só que nós também já temos toda a idade e não andamos aqui, como já disse, a “encher pneus”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto ao Orçamento que é a aposta deste concelho, não é Orçamento nenhum; são declarações de intenções. Eu, como disse, fiz a minha vida profissional e de empresário numa região totalmente PSD. De quatro em quatro anos era apresentado um projecto. Era até por ali que nós, os empreiteiros, víamos qual era obra que estava mais perto dos nossos estaleiros e que mais nos interessava. E, no fim dos quatro anos – normalmente até colaborava nas inaugurações – lá estávamos a inaugurar as obras.

É assim que eu entendo um Orçamento: as pessoas são eleitas por quatro anos; têm que fazer um Orçamento para quatro anos. O Orçamento não é nenhum totoloto que se joga e não se sabe se sai. Todos nós sabemos que há cerca de quatro milhões e meio de contos por ano para gastar. Então, também todos nós sabemos, mais ou menos, quais os valores que as obras custam. Onde está a dificuldade? Disse agora o Raúl Dinis que há uma obra que anda há vinte anos no Orçamento. Eu fiz duas em Vila Franca que andavam há treze anos no Orçamento. Afinal, isto não é uma ciência mais ou menos exacta? Toda a gente sabe que há uma vacilação de cinco, dez por cento, um imponderável numa obra, que sobe mais qualquer coisa.

Por isso, eu vou-me excluir de me pronunciar muito sobre o Orçamento. E vou dizer uma coisa porque, da forma como eu aqui trabalho, parece que eu ando aqui na confusão pela confusão... Este documento que está aqui... A Câmara Municipal cumpra isto que está aqui, que prometeu à população em 1993, e tem aqui um defensor acérrimo.

Agora, eu não admito, não tolero e não aceito é que se ande a enganar as pessoas, que se ande a prometer o que não se cumpre. Está aqui um programa eleitoral, ambicioso, diz-se aqui todas as soluções possíveis e imagináveis.

Só uma palavra de reconhecimento às referências que aqui foram feitas sobre o meu processo pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, o Eng^o Carlos Maia e o José Carlos Alexandrino.

Eu ia passar ao discurso escrito que tenho sobre este assunto, para não me alongar muito, que eu gosto de cumprir as regras. Penso que raramente ultrapasso o tempo que me é destinado e gosto de ser concreto e objectivo nestas situações.

“Nos tempos idos do Ano da Graça de 1993, apresentou-se neste concelho, “uma grande equipa para ganhar o futuro”! Conseguiram não o futuro do concelho nem o das suas populações, mas o seu pessoal, indubitavelmente...!!!

Dizia-se então, que os fundos que aí vinham e a superior direcção do então Primeiro-Ministro, hoje principal magistrado da Nação, fariam o resto. A receita era o diálogo, a competência, uma visão global do desenvolvimento do concelho. Dizia-se “que só haveria possibilidade de corrigir as assimetrias regionais se à frente dos destinos do Município estivesse gente capaz, honesta, dialogante e com vontade de servir”. O diagnóstico estava certo, a terapia também, a equipa é que teve falta de comparência.

Melhor, devem ter vindo as reservas, porque o diagnóstico, 13 anos depois, é o mesmo, as soluções são as mesmas, os executores, se quiserem resolver o problema, terão de ser outros.

Penso que já perceberam que estou a citar o programa do PSD de 1993, que trouxe à governação ou como diz o meu ilustre camarada João Dinis a (des) governação, que ainda se mantém, necessariamente recauchutada, neste Paços do Concelho. Segundo António Lopes, é um poder cativo para não dizer usurpado ou uma “gestão de merceeiro como muito bem diz o ilustre vereador Ribeiro de Almeida”. Falava-se então, em Variante Nordeste, em Terminal Rodoviário, em estações de tratamento de água e esgotos, em descentralização com contratos programa com as freguesias, desenvolvimento desportivo, etc, etc. O programa era ousado (até eu votava). O drama, é que 13 anos depois, alguns actores já mudaram, uns e outros estão bastante melhor na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vida. O concelho e as suas populações estão cada dia pior que então. O marasmo de que já então se falava acentuou-se, o concelho regrediu, a descentralização chega ao ridículo de funcionários desta casa estarem 15 dias sem ar condicionado há espera de uma presidencial assinatura para desbloquear 40 euros. Não vou falar do Orçamento, leia-se declaração de intenções porque é disso que efectivamente se trata. Para quê? A quase generalidade das obras, dos considerandos, das intenções e objectivos são os mesmos do ano passado, para não dizer desde 1993. A única diferença são as intenções eleitoralistas e a tentativa de recuperar a família desavinda na sempre mesma tentativa de perpetuar no tempo soluções de governação que a experiência já demonstrou em nada interessarem ao concelho. Aponta-se, como não podia deixar de ser para um “banquetezito” lá para 2009, na esperança de nessa altura ainda haver alguns incautos como houve sete mil e poucos nas eleições de 2005. Tudo faremos, e já estamos a fazer, para que a Câmara que então será eleita o seja por voto esclarecido e não fruto de cedências e submissões incompatíveis com o Portugal de Abril. Até nos podem chamar comprador de votos, até nos podem chamar “C...Milhões”, até me podem chamar filho da mãe com “P”. Esse é o lado para onde dormirmos melhor. Não nos pouparemos a esforços para colocar na Câmara responsáveis que saibam o caminho para Lisboa, e se necessário oferecer um GPS, para conseguir tal objectivo. A Câmara de Oliveira do Hospital tem que ser ousada. Tem que ser dialogante, no programa e no dia-a-dia. Tem que falar com a sociedade civil, com o mundo empresarial, com as forças da oposição. Não pode ter em cada voz discordante um inimigo.

Registo que se tenha olhado, pelo menos na intenção, para a freguesia do Seixo da Beira, como registo a intenção de resolver o problema do abastecimento de água e saneamento das Pedras Ruivas, uma vez que há muito poucos dias vi numa “vitrine” lá existente o anúncio para tempos vindouros de tais melhoramentos. Registamos também a conclusão da variante ao Seixo da Beira.

Por um dever de consciência, não podemos deixar de fazer um reparo e manifestar a nossa profunda contestação às verbas atribuídas em PIDDAC, como não podemos deixar de estar frontalmente contra as políticas que neste ano, em nome da sustentabilidade, foram desencadeadas contra quase toda a população nacional e, nomeadamente, a função pública, os magistrados, os professores, o aumento da idade da reforma, a redução e encarecimento dos cuidados de saúde, o encerramento de escolas, maternidades e tantos outros serviços essenciais à vida das populações. Também aqui, queremos deixar o nosso descontentamento aos responsáveis do PS e esperar que no Ano Novo se arrepie caminho em muitas das decisões tomadas. Por tudo o que atrás foi dito, da minha parte outro não poderia ser o meu voto que não o contra. Entendeu o colectivo a que pertenço, dar o benefício da dúvida, considerando as manifestações de intenção da Câmara Municipal neste Orçamento. Porque neste partido se respeitam as normas éticas, os estatutos e a disciplina partidária esse será o meu voto.

Termino, desejando a todos um Feliz Natal, um Ano Novo melhor que o presente e tudo de bom para o nosso concelho, para o nosso País e para a vida de todos nós.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Mais uma vez e como eu não sei falar sob pressão, pedia ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal – eventualmente posso estar enganado – que veja, em termos nacionais, quantas Assembleias Municipais com quarenta e três elementos reúnem numa só manhã ou numa só noite, como nós aqui reunimos. Quer-me parecer que somos capazes de ser dos poucos. A ser assim, eu sugeria que, no futuro, passássemos a reunir num sábado, todo o dia, porque nos centros urbanos – onde há também um número significativo de elementos nas Assembleias



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipais – é isso que fazem e até mais do que um dia.

Diz o Sr. Presidente da Câmara que aqui toda a gente diz o que pensa. É verdade. Só que, no dia do Feriado Municipal, os outros não podiam dizer o que pensavam e o Sr. emitiu aqui uma opinião pessoal – nem sequer era a do seu partido – quando se esperava que fosse um dia de convergência municipal. O que quer dizer que, no futuro, qualquer um de nós pode deixar de cá vir porque o dia sete de Outubro é um dia do PSD.

Vamos à substância do que foi aqui dito: eu queria tirar aqui uma ilação daquilo que o Sr. Eng^o Carlos Maia referiu na primeira parte da ordem de trabalhos e que tem a ver com o facto do PSD estar onze anos no Governo e quatro nesta Câmara Municipal. Isto quer dizer que, se fizermos as contas, o Sr. Presidente da Câmara tem que se queixar oitenta e oito por cento do PSD.

Quanto ao IC 6, queria lembrar que foi prometido pessoalmente pelo Sr. Primeiro Ministro, Durão Barroso, em dois mil e três. Tanto quanto temos neste momento informação, vai ser adjudicado o troço entre Catraia dos Poços e a Central Eléctrica de Tábua no primeiro semestre de dois mil e sete.

A ESTGOH, como o Sr. Presidente da Câmara disse e muito bem, foi instituída em dois mil e um pelo Governo do PS e, entre dois mil e dois e dois mil e cinco, o que é que se fez também? Isto para dizer também – isto é público – que, neste momento, as universidades privadas perdem três mil alunos por ano, o que quer dizer que, de facto, a ESTGOH, por si, não tem futuro. É preciso ser integrada noutras soluções concelhias, nomeadamente no tal espaço de criação de empresas, na tal atractividade aos empresários, no tal enquadramento com espaços em que as coisas funcionem, num outro comportamento da parte do Sr. Director da Escola, que tem criticado todos os Governos. É preciso que haja uma convergência de esforços.

Quanto ao S.A.P., factos também: porque é que eu disse que as pessoas foram manipuladas? Isto são factos, não são opiniões. Oitenta por cento dos doentes que ocorrem ao S.A.P. são doentes do foro ambulatorio, não são urgências. Dos restantes vinte por cento, quinze por cento foram prejudicados por ir ao S.A.P.. São os enfartes, os acidentes graves, os AVC, as urgências graves. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que estas pessoas fizeram mal ir ao S.A.P. porque o S.A.P. não tem suporte de vida para lhes fazer nada; a única coisa que faz é enviá-los imediatamente para um hospital central. Portanto, restam cinco por cento. Isto são números. Por isso, é que eu disse que as pessoas foram manipuladas. Por outro lado, o S.A.P. também não é uma boa opção em termos de consulta. Aliás, o meu colega Francisco Rolo, por vezes, tem aqui umas ligeiras nuances comigo e tem toda a razão, que é a questão afectiva, as doenças do foro psicológico, os ataques de pânico, a sensação de morte... Há pessoas que compram casa junto dos hospitais porque isso lhes dá uma sensação de conforto. Só que não é por isso que nós temos que defender o S.A.P. da forma que ele está porque este modelo não funciona em toda a Europa. Portanto, há que partir para outra solução. O problema que se põe é que há pessoas que estão sempre contra as reformas. Por outro lado, nós temos neste momento a garantia de que as populações ficarão servidas, pelo menos nas mesmas condições que têm actualmente. Então, qual a razão para o “buzinão”? Nenhuma.

Já agora, o Sr. Dr. Paulo Rocha referiu que não é a Câmara que quer encerrar o S.A.P. mas o Governo, com base em critérios de racionalidade económica que são muito discutíveis. Eu até lhe podia dizer quanto é que custa o S.A.P.. E até lhe digo que o Sr., se calhar, até me dava razão, se fosse só analisado do ponto de vista económico. Mas nenhum Governo nem nenhuma Câmara Municipal age assim dessa forma simplista. Por outro lado, há ali uma logística geradora



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de interesses a que há que pôr termo. Quais são as alternativas? São as tais unidades de saúde familiar, eventualmente uma ambulância do INEM. Nos centros urbanos, este modelo também já não existe, já está ultrapassado. Há aqui outra questão que é importantíssima: tal como a Câmara foi eleita aqui e nós temos que respeitar, o Governo foi eleito por maioria absoluta e tem direito a governar. As pessoas têm o direito de reclamar mas também têm que perceber que, eventualmente, o Governo terá alguma razão nesta matéria.

Em relação às Grandes Opções do Plano, estava a ouvir o Sr. António Lopes e a lembrar-me que basta ler as actas da Assembleia Municipal dos outros anos. Todos os anos eu venho a dizer exactamente aquilo que foi dito, dando exemplos de obras que se arrastam aqui quatro, cinco, seis anos. O Sr. Presidente da Câmara teoriza dizendo que é preciso “metê-las” para executar.

Conclusão: estas Grandes Opções não são grandes, nem são opções. O que temos aqui é um Orçamento para o próximo ano. E, no Orçamento para o próximo ano, não há nada sobre o Plano de Urbanização da cidade; parece que não precisa. Do P.D.M. já se falou, nem vou perder tempo com isso. A definição da vocação do concelho... não se sabe qual vai ser a vocação do concelho no futuro: turismo, serviços, comércio? Ninguém sabe.

De facto, é um vazio em termos de ideias para o futuro que não merece, do meu ponto de vista, outra alternativa que não seja votar contra. Não tanto por aquilo que lá está, mas eu terei mesmo que votar contra porque, de facto, não há uma ideia de desenvolvimento, não há uma escola de empreendedores. Há a incubação de empresas, vamos ver como é que arranca... Vamos ver se o Sr. Presidente vai ter equipa e condições para dialogar com as pessoas, capaz de trazer para aqui emprego. Mas, a avaliar por uma resposta que me deu em tempos de que os empresários vão para onde quiserem... Isso é verdade. Aliás, eles já vão; o que é preciso é seduzi-los para virem para cá.

Em relação ao sistema multimunicipal das Águas do Zêzere e Côa, também o silêncio é de ouro. O Sr. Presidente da Câmara, no preâmbulo, diz que “está preocupado e que chamou a atenção”. Penso que o Presidente da Câmara não pode estar preocupado nem pode chamar a atenção; tem é que exigir que as coisas aconteçam.

Há pessoas que não gostam de ouvir as verdades. Aliás, o Sr. António Lopes disse tudo neste aspecto.

Eu apenas deixaria aqui um desafio: as novas gerações, a comunicação social, vejam o que está a acontecer a este concelho, em comparação com os outros. Eu, há trinta anos, tinha uma profissão que me levava a Trás-os-Montes. Vão a Trás-os-Montes, vejam como, em determinadas áreas, as coisas se desenvolveram e o que aconteceu aqui.

Só uma nota em relação à Feira: eu não estou contra que seja a obra do próximo ano, pelo menos da pasta financeira. Mas queria recordar que o mercado é um modelo económico do passado, não é um modelo económico de futuro. E eu comecei por dizer que não estou contra a Feira, mas o mercado é uma forma económica do passado. Noventa por cento das práticas comerciais que ali se praticam começam a estar ilegais, não só no domínio da alimentação e bebidas, no domínio da reprodução áudio e vídeo, vestuário e calçado. Começa a não ter condições de competir com os bazares que, aliás, já há muitos aqui em Oliveira do Hospital. Portanto, cuidado, pois mais uma vez estamos a apostar numa forma económica que é do passado. Cuidado com isto.”

Seguidamente, interveio o Sr. João Abreu que começou por referir que o Sr. Prof. João Dinis já tinha feito a síntese daquilo que é a apreciação colectiva do Orçamento, com a qual se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

identifica no essencial, apesar de não concordar com tudo. Também registou, mais uma vez, a preocupação da Câmara Municipal em justificar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano na Introdução, o que, na sua opinião, é um sinal de respeito pela Assembleia Municipal, situação que não se verifica em muitos concelhos.

Relativamente às obras, referiu que, apesar de, relativamente a Meruge, só estar inscrita a estrada Lagares/Meruge/Limite do Concelho, compreendia que as obras têm que ser feitas onde são mais necessárias. Além disso, há obras que terão que ser feitas em parceria com a Câmara Municipal, pelo que tem defendido que não deve haver realização directa das obras mas sim uma descentralização para as freguesias, através do estabelecimento de protocolos.

O Sr. João Abreu referiu-se ainda à necessidade de realização de determinados investimentos em Meruge, exemplificando com a despoluição do Rio Cobral – apesar de não depender directamente da Câmara –, a construção de uma ETAR para a freguesia, a construção de um polidesportivo em Nogueirinha, o apoio à construção das instalações da Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral, a construção de um loteamento municipal em Meruge, o apoio à conclusão das obras do campo de futebol de Meruge, bem como a beneficiação do caminho Meruge/Arcozelo, fundamental para a ligação rápida com o concelho de Seia.

Por fim, declarou que, pessoalmente, votaria a favor dos documentos previsionais mas, respeitando a decisão que foi tomada no grupo do PCP, vai abster-se na presente votação.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. João Esteves que, depois de ter desejado Boas Festas, declarou que se iria referir a aspectos de indicadores das Opções do Plano para o ano de dois mil e sete.

Assim, para a Educação e Formação Profissional, está contemplada uma verba de seiscentos e quarenta mil euros, ou seja, quatro vírgula seis das Grandes Opções do Plano, o que considera ser ainda pouco. Quanto à Cultura, com um investimento previsto de um milhão duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos euros, corresponde uma percentagem de nove por cento, tendo destacado os investimentos a realizar na Biblioteca Municipal e no anfiteatro romano da Bobadela, bem como o apoio às associações e colectividades para o funcionamento e desenvolvimento de actividades culturais. No que respeita à Solidariedade e Acção Social, continuou, apesar de considerar ser reduzido um investimento previsível de seiscentos e oito mil euros, destacou o restauro e a adaptação da antiga escola de Travanca de Lagos para um Centro de Emergência Social.

Registou ainda que, para o próximo ano, está prevista a continuação do investimento na modernização da cidade, com intervenções de requalificação urbanística, com um investimento de novecentos e trinta e sete mil e quinhentos euros. No que diz respeito ao saneamento e abastecimento de água, destacou a execução de obras em lugares onde “parecia que as populações estavam abandonadas”, como Digueifel, Pedras Ruivas, Vale Torto, Pinheirinho, Casal de Abade, Cabeçadas e Quinta do Outeiro. Também salientou a criação, em parceria com a ESTGOH, do espaço de incubação de empresas. Quanto à rubrica “Comunicação e Transportes”, continuou, o total orçamentado é na ordem dos três milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil euros, na qual destacou o grande investimento na rede viária, nomeadamente a estrada Nogueira do Cravo/Aldeia de Nogueira/Oliveira do Hospital, a estrada de Lagares da Beira/Meruge/Limite do Concelho, a estrada do Pólo Industrial do Seixo da Beira/Limite do Concelho, a beneficiação da estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha, a estrada Seixo da Beira/Sobreda, a estrada Seixo da Beira/Seixas, a estrada de ligação entre a Lageosa/ER 230/EM 503 e 503-1, a estrada de ligação das Pedras Ruivas e Vale Torto, entre outras. Com a execução destas obras,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prossegiu, a rede viária do concelho fica praticamente renovada.

Concluindo, o Sr. João Esteves declarou que registava “com bastante agrado” o equilíbrio apresentado na proposta apresentada pela Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, pelo que iria votar a favor da mesma.

Seguidamente, interveio o Sr. Eng^o Carlos Inácio que começou por salientar a existência de muitas despesas para gestão corrente, que considerou natural e de louvar, como as melhorias em escolas e na rede viária. No entanto, continuou, o que criticava era a ausência de grandes opções e de grandes visões, como já tinha sido referido pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves. Por outro lado, prosseguiu, há que realçar a falta de investimento reprodutivo e de investimento de futuro, para além de considerar que estes documentos contêm investimentos que se encontram a “apontar” para dois mil e nove, ano de eleições autárquicas. Assim, concluiu, perante estes factos, não lhe restará outra opção que não seja a de votar contra.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes que fez a seguinte intervenção:

“Inicio a minha intervenção referindo-me à posição tornada pública por parte dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e não só, relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para o ano de 2007 do Município de Oliveira do Hospital, nomeadamente afirmando, que estes são documentos para “agradar a alguns e conter danos políticos recentes“, referindo-se designadamente à inscrição de várias obras em freguesias, como por exemplo a freguesia de Seixo da Beira.

Gostaria então de deixar algumas interrogações e tecer outras tantas considerações acerca deste assunto.

Pela consulta à documentação que atempadamente nos foi remetida, e comparando com a que recebemos no ano transacto para a aprovação dos mesmos documentos para este ano, verificamos que os valores de investimento directo previsto para a freguesia de Seixo da Beira, excluindo a beneficiação da estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha e a beneficiação da estrada do Moinho do Buraco, aumentaram vinte mil euros de 2006 para 2007. Em termos de projectos inscritos, a novidade é a intenção de avançar com a criação de um Espaço Internet.

Será por ventura que seria com vinte mil euros que se iriam conter os propalados danos políticos recentes?

Parece-me que não.

Por outro lado, não é a freguesia de Seixo da Beira a terceira maior do concelho, logo a seguir a Nogueira do Cravo?

Também não é verdade que o Governo da Nação assumiu como objectivo fundamental o combate à info-exclusão e à generalização do acesso às novas tecnologias de informação?

Será que os Senhores não concordam com esta orientação? É que eu, apesar de ser do PSD, concordo.

Nos investimentos previstos nesta freguesia estão também incluídos cento e quinze mil euros para a execução de Saneamento Básico e Rede de Abastecimento de Água às Pedras Ruivas.

Será que estes valores também se destinam a conter danos políticos recentes ou a resolver problemas básicos da população e que foram assumidos pelo Sr. Presidente da Câmara nesta Assembleia no passado mês de Junho perante todos nós?

Por último gostaria de deixar mais uma interrogação.

Não gostaria o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Seixo da Beira, à semelhança de todos os Presidentes de Junta aqui presentes, de ter mais obras na sua freguesia, sendo estes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eleitos ou não pelo Partido Social Democrata? Com certeza que sim.

Por outro lado, quais serão os danos políticos a conter, por exemplo em Vila Franca da Beira?

Esta freguesia passou de um investimento directo previsto de oitenta mil euros em 2006 para cento e vinte e cinco mil euros no próximo ano, excluindo os projectos que são comuns não só a esta, como a outras freguesias, valor este que para o Sr. Presidente de Junta com certeza que será insuficiente, mas representa mais do dobro do aumento preconizado para a Freguesia de Seixo da Beira.

Com estas minhas interrogações não tenho a intenção de me imiscuir na vida de nenhuma freguesia, nem no trabalho dos seus Presidentes eleitos, apenas me limito a constatar factos.

É que, com isto tudo, na realidade por vezes sinto-me confuso, até chego a pensar que o que ouvi da boca de algumas pessoas, não foi aquilo que essas mesmas pessoas disseram, mas rapidamente verifico que não. Essas pessoas disseram mesmo aquilo que eu ouvi.

É que ainda não foi há muitos meses diziam por exemplo, que as obras da cidade eram um investimento enormíssimo e que se devia investir nas freguesias. Hoje, dizem que o investimento nas freguesias é para conter danos políticos. Em que é que ficamos afinal?

Mas isto tudo a propósito dos ditos “danos políticos recentes”.

Que danos? Para quem? Quando?

Afinal de que é que os senhores Vereadores do Partido Socialista e outros andam a falar?

Não sei, se calhar nem os próprios sabem.

Depois de gastar algum tempo a analisar tal afirmação continuo sem arranjar resposta para estas simples perguntas. No entanto, não posso deixar de lamentar que assuntos do foro interno do meu partido tenham sido misturados com os documentos previsionais para o próximo ano.

Prosseguindo a minha intervenção e em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento, é claro que estes documentos traduzem uma ou mais orientações políticas, ou não fossem afinal políticos os elementos do executivo e todos nós enquanto membros desta assembleia. Mas, meus caros amigos, não misturemos orientações e opções políticas, com chicana ou demagogia política.

Referindo-me agora à tão falada incubadora de empresas, tenho apreciado as posições do PS sobre a matéria.

Uns dizem que a Câmara Municipal deve comprar o espaço da ACIBEIRA, outros dizem que deve ser na sede do concelho e que, para isso, se deve construir um edifício de raiz.

Se no ano passado diziam que não estava contemplada no Plano, este ano argumentam que a verba prevista para a sua criação – porque é disso que se trata –, é irrisória.

Deixem-me lembrar-vos, se não estiveram presentes, uma iniciativa levada a cabo por este Executivo no âmbito da Semana da Juventude.

Como estarão recordados, estive entre nós, no painel dedicado ao empreendedorismo, o Secretário-Geral da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários – que, a determinada altura da sua intervenção, afirmava que não eram precisos grandes espaços ou verbas muito avultadas para a criação da dita incubadora; era só necessário haver empreendedorismo, chegando mesmo a aventar a hipótese de se aproveitarem alguns edifícios onde funcionavam as antigas Escolas Primárias.

O que compete à Câmara Municipal e a este Executivo é tão simplesmente criar as condições necessárias ao aparecimento da dita incubadora e estimular a criação de empresas, preferencialmente de valor acrescentado, correspondendo este conceito ao que está vertido na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Introdução às Grandes Opções do Plano.

Porque considero que as intenções, projectos e iniciativas contempladas nas GOP vão de encontro às necessidades e anseios das gentes de Oliveira do Hospital, irei votar pela sua aprovação.”

Por fim, interveio o Sr. Carlos Rocha com a seguinte declaração:

“Acerca das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para dois mil e sete, naturalmente que, de tão lidos e contraditados na Comunicação Social, este Plano e Orçamento obrigam-nos a afirmar que o Concelho – e esta maioria que elegeram – estão de acordo com o que se pretende fazer na Educação, na Cultura, na Acção Social, no Urbanismo, no Saneamento, na Formação e Racionalização dos Serviços, bem como nas outras áreas que estes documentos nos propõem.

Contudo, não podemos deixar de fazer algumas propostas e sugestões:

1 – Quanto à Nova Feira, pela sua grande importância e porque a obra já está em concurso público, sugerimos que se estudem: a) a mudança da Paragem dos Autocarros de Transporte Público para junto do Mercado Municipal; b) a concessão da sua gestão a uma entidade privada, mediante concurso público.

2 – Quanto ao projecto para a Rua 5 de Outubro, pede-se que a Autarquia faça alguns arranjos intercalares, dado que o seu estado de degradação está a causar transtorno a quantos necessitam de a utilizar (especialmente quando chove).

3 – Aguardamos com expectativa o trabalho do GTL sobre os Centros Históricos de Avô, Bobadela, Lourosa e Oliveira do Hospital. A concretização das suas propostas permitirá criar as bases de um Circuito Turístico no Concelho, naturalmente que abrangendo outras localidades.

Aproveitamos para nos congratular com a recuperação das Praias Fluviais, destacando Avô face ao grande investimento a que obriga. É uma obra de que muito nos orgulhamos.

Não podemos deixar de referir que a Zona Histórica de Oliveira do Hospital (parte antiga) está a necessitar também de melhoramentos com alguma urgência.

4 – Quanto às Acções de Formação previstas, alertamos o Executivo de que se torna indispensável uma verdadeira racionalização dos Serviços – eliminando procedimentos e papéis desnecessários – especialmente naqueles Serviços que se relacionam mais directamente com o Público. A simplificação de tarefas é o meio mais adequado para eliminar o excesso de burocracia.

5 – Quanto ao Plano Director, agora na sua fase final, pedimos ao Executivo e à Equipa que nele trabalha, todos os esforços no sentido de o tornar realidade no mais curto espaço de tempo. Há muita gente à espera da aprovação deste instrumento de trabalho para tomar decisões importantes para a sua vida.

6 – Quanto ao crescimento orçamental proposto neste Orçamento, numa época de contracção generalizada (e que tantas interrogações já causou!) não é mais do que a perspectiva do Agente de Desenvolvimento Câmara Municipal que prepara e cria condições na época baixa, para fazer a expansão logo que estejam reunidos os pressupostos do Investimento. É tão simples como isto: o que este Plano nos diz é que, se o QREN o permitir, a Autarquia tem projectos e meios financeiros para os concretizar (naturalmente incluindo a capacidade de endividamento). É a expectativa saudável e credível de quem deve prever e preparar o futuro.

Este Executivo, que tem sofrido fortes críticas por não fazer uma política expansionista desde que foi eleito, mantendo o investimento nas Infraestruturas Básicas, começa agora uma outra fase em que a sua atenção se encaminha para outras áreas. Novas áreas, onde se inclui o investimento no arranque de uma Incubadora de Empresas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não podemos deixar de manifestar o nosso apoio a esta iniciativa e desejar que a Sociedade Civil corresponda, de modo que este projecto Concelhio se transforme em projecto regional e nacional, trazendo benefícios para todos.

7 – Por último, parece-nos oportuno esclarecer a nossa posição acerca do endividamento da nossa Autarquia. É claro que nos orgulhamos da situação financeira da nossa Câmara Municipal. E mais, também concordamos com o controlo do endividamento previsto na Nova Lei das Finanças Locais. Mas a nossa posição é clara: devemos recorrer a endividamento se e quando se tornar necessário para concretizar os projectos de que todos necessitamos para melhorar a qualidade de vida das nossas Populações. Não somos contra o endividamento, mas contra o sobreendividamento das Autarquias. Sabemos que o endividamento excessivo não prejudica só os Fornecedores e Empreiteiros, mas também a própria Autarquia.

8 – A terminar: bastava uma leitura atenta à Introdução que acompanhava as Propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007, para justificar o apoio da maioria desta A.M. a estas Propostas.

Porém, a crítica contundente das várias oposições mostra-nos que estamos perante um Plano e um Orçamento que incomoda politicamente alguns Políticos Concelhios. É bom sinal. Mas... para aqueles que têm a responsabilidade de governar o Concelho estes documentos ainda não são as obras ... mas as críticas indiciam que estamos no caminho certo para as realizar.

É por tudo isto que vos proponho a sua aprovação.”

Foi, por fim, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por dar conhecimento que, em devida altura, foi solicitado aos Srs. Vereadores do Partido Socialista que apresentassem propostas para o Plano de Actividades. No entanto, apesar de quase tudo o que foi apresentado pelos Srs. Vereadores estar contemplado no Plano, os membros do Executivo do Partido Socialista votaram contra os documentos previsionais, “numa falta de coerência política assinalável”. Por outro lado, prosseguiu, gostaria que alguns políticos “teóricos” não ficassem só pela crítica mas que apresentassem as suas ideias para o concelho. Além disso, acrescentou, o Plano de Actividades é um documento dinâmico, permitindo modificações e revisões, de acordo com as necessidades de alteração.

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara realçou a excelente situação financeira do Município, tendo referido que é essa mesma “saúde financeira” que permite “ter a ousadia de apresentar um Plano desta natureza”. Declarou ainda que estas eram as Opções do Executivo e que tudo iria fazer para que tenham movimento e execução.

Terminadas as intervenções sobre este ponto da Ordem do Dia, foram colocadas à votação as propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes, para o quadriénio 2007/2010, e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2007, tendo sido aprovadas por maioria, com seis votos contra e cinco abstenções.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de constituição de uma Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC), sob a forma de associação privada sem fins lucrativos, com vista ao acompanhamento e gestão do projecto de urbanismo comercial de Oliveira do Hospital (URBCOM).

Sobre este assunto, tomou a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Eu dou a minha opinião favorável a este ponto. Penso que é uma medida muito positiva para este concelho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há pouco não tive oportunidade de o fazer mas as verbas atribuídas para a recuperação dos Centros Históricos, da recuperação da Praia Fluvial de Avô, do Largo Ribeiro do Amaral, também me parecem ser um investimento positivo.

Relevar também positivamente a intervenção do Sr. Vice-Presidente da Assembleia Municipal na identificação correcta na necessidade do desenvolvimento. Portanto, finalmente, começa a haver mais pessoas a ter a mesma perspectiva.

Em relação ao URBCOM ou, neste caso concreto, a uma das facetas do URBCOM – a Unidade de Acompanhamento e Coordenação –, destina-se à melhoria da competitividade dos centros urbanos e à dinamização do comércio e serviços.

Dizer que o Estado tem, neste momento, cerca de quatro milhões de euros destinados a este Programa, que pode financiar, por exemplo, o chamado Gestor do Centro Urbano, o quadro técnico da UAC, a aquisição de equipamento informático e de comunicações, a contratação de serviços, a inscrição em acções de formação, entre outras.

A grande vantagem das UAC é a criação do Gestor do Centro Urbano. Como sabem, os comerciantes das zonas históricas estão envelhecidos, estão de “costas voltadas”, estão isolados, estão avessos à mudança, e defrontam-se com a gestão comum dos chamados novos espaços comerciais. Eu diria que o comércio nos centros históricos, hoje em dia, não tem hipótese de sobreviver se não se unir. Penso que esta é uma solução para os ajudar e podem ser ajudados na melhoria dos espaços adjacentes, na animação cultural, na própria animação de Natal, no diálogo com as autarquias e com a Administração Central, no auxílio a plataformas de informática na área das compras, da contabilidade. São uma espécie de administradores de condomínio dos comerciantes dos centros históricos. Por isso, penso que é de votar a favor porque é uma boa solução para Oliveira do Hospital.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que declarou que “este instrumento que é posto à disposição dos comerciantes e que é necessário para o comércio de Oliveira do Hospital é fundamental, sendo um dos aspectos estratégicos do nosso concelho”. Assim, concluiu, deve ser votada favoravelmente a proposta da Câmara, para que os empresários possam modernizar os seus estabelecimentos e poder competir com a “concorrência desleal”.

Seguidamente, colocada à votação a proposta de constituição de uma Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC), sob a forma de associação privada sem fins lucrativos, com vista ao acompanhamento e gestão do projecto de urbanismo comercial de Oliveira do Hospital (URBCOM), foi a mesma aprovada por unanimidade.

Por fim, entrou-se no Ponto IV da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de alteração dos estatutos da Adeptoliva – Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil.

Não havendo intervenções sobre esta proposta, foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo catorze horas, o Sr. Dr. Simões Saraiva declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____